



# Análise Conjuntural da Economia e do Comércio

Março  
2016

N.º 90

**Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná**

Presidente: Darci Piana

Diretor Superintendente: Eduardo Luiz Gabardo Martins

Rua Visconde do Rio Branco, 931 – 6º andar

CEP 80410-001 – Curitiba – PR – Telefone (41) 3883-4500

[www.fecomerciopr.com.br](http://www.fecomerciopr.com.br) – [federacao@fecomerciopr.com.br](mailto:federacao@fecomerciopr.com.br)

Elaboração: Departamento Econômico da Fecomércio - PR

Apoio de Área: Ricardo Glatz

O conteúdo desta "Análise Conjuntural da Economia e do Comércio" é publicado mensalmente no site da Federação do Comércio do Paraná. Os acessos poderão ser feitos através do site: [www.fecomerciopr.com.br](http://www.fecomerciopr.com.br)

## **CONJUNTURA: SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS**

---

Permanecem na economia brasileira atualmente, um conjunto de fatores conjunturais de cunho econômico e/ou político que apontam para um cenário de intensificação da crise em todo o país. Uma crise que vem se intensificando desde final de 2014, ampliou-se em 2015 e parece que ainda não chegou ao limite ou esgotamento. Não se vislumbra, lamentavelmente, sinalização de possibilidades de recuperação no decorrer de 2016. O PIB de 2015 caiu 3,7%; para 2016, as projeções apontam retração do PIB próxima a 4,0%. As previsões também apontam para a continuidade da queda no consumo das famílias- CF, e nos investimentos- formação de capital fixo.

O elevado grau de desempregos se insere num contexto de redução da demanda, queda do poder de compra e da massa de salários. Esse cenário dificulta vendas e estimula o encalhe de mercadorias no comércio e na indústria. Esse encalhe pode contribuir para que o processo inflacionário seja amenizado, mas que poderá resultar em mais encalhe com preços menores. Uma combinação de deflação com estagflação no qual quem perde é o país e o sistema de produção.

Verifica-se simultaneamente uma debilidade em relação a novos investimentos ou investimentos adicionais. Os empresários diante das incertezas predominantes e do ambiente recessivo estão adiando investimentos ou simplesmente cancelando inversões programadas anteriormente. O raciocínio dos empresários vai no sentido de que para 2016, a situação da economia e do mercado não irá melhorar o suficiente para justificar inversões adicionais.

A projeção do mercado nesse caso é objetiva: por exemplo, se daqui a um mês os preços estiverem em queda, por que comprar agora? Supondo uma situação extrema, do ponto de vista do empresário: desde que identificada uma possível queda futura no preços e continuidade da contenção da demanda, ele não irá investir ou imobilizar capital. Irá priorizar a liquidez. Afinal, por que produzir em uma conjuntura onde predominam incertezas e a economia está se deteriorando?

Assessoria Econômica  
Curitiba, Março de 2016.

	Apresentação	03
	Sumário	04
	Tabelas	05
<b>I</b>	<b>Nível de Atividade Econômica</b>	<b>07</b>
	1. Produto e Renda	07
	1.1 O PIB Total do Brasil e do Paraná	07
	1.2 O PIB do Brasil por Setores e Subsetores	08
	1.3 Demanda Agregada	09
	1.4 Brasil: Grandes Agregados- Evolução de Oferta e Demanda	10
	2. Mercado de Trabalho	11
	2.1 Mercado de Trabalho Brasileiro	11
	2.2 Mercado de Trabalho Paranaense	12
	2.3 Taxa de Desemprego	13
	3. Nível de Salário	14
	3.1 Salário Mínimo no Brasil	14
	3.2 Salário Mínimo no Paraná	15
	4. Nível de Preços	16
	4.1 Introdução	16
	4.2 Meta da Inflação	16
	4.3 Taxa de Inflação	17
	5. Taxa de Juros e Poupança	18
	6. Mercado de Ações	19
	7. Risco País	20
	8. Variação do Dólar	21
<b>II</b>	<b>Atividade Empresarial</b>	<b>23</b>
	9. Comércio Varejista no Paraná	23
	9.1 Desempenho em maio de 2015	23
	10. Abertura de Empresas no Paraná	27
	11. Falências Decretadas no Brasil	28
	12. Crédito: Demanda e Inadimplência	29
	12.1 Demanda de Crédito	29
	12.2 Inadimplência	29
	13. Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada-NUCI na Indústria	30
<b>III</b>	<b>Setor Público</b>	<b>31</b>
	14. Arrecadação do Governo	31
	15. Dívida Pública Federal Interna - DPFI	32
	16. Superávit Primário	33
	17. O ICMS no Paraná	34
<b>IV</b>	<b>Relações com o Exterior</b>	<b>35</b>
	18. Comércio Exterior Brasileiro	35
	18.1 Providências de Estímulo às Exportações ou Defesa da Produção Interna	41
	19. Comércio Exterior Paranaense	42
	20. Investimento Estrangeiro Direto - IED na Economia Brasileira	48
	21. Dívida Externa Brasileira	49
	21.1 Distribuição da Dívida: Governo e Setor Privado	49
	22. Reservas Cambiais	50

**TABELAS**

<b>01</b>	Produto Interno Bruto	07
<b>02</b>	Brasil: Produto Interno Bruto por Setor e Subsetor de Atividade	08
<b>03</b>	Brasil: Variação Percentual do PIB Trimestral	08
<b>04</b>	Brasil: Distribuição da Demanda Agregada	09
<b>05</b>	Brasil: Agregados do PIB em valores correntes	10
<b>06</b>	Brasil: Participação percentual dos setores no valor adicionado	10
<b>07</b>	Brasil: Componentes da demanda no PIB	10
<b>08</b>	Brasil: Criação de Empregos por Setor de Atividade Econômica	11
<b>09</b>	Paraná: Criação de Empregos por Setor de Atividade Econômica	12
<b>10</b>	Brasil e Curitiba: Taxa de Desemprego	13
<b>11</b>	Brasil: Salário Mínimo	14
<b>12</b>	Paraná: Salário Mínimo	15
<b>13</b>	Índice de Preços	16
<b>14</b>	Taxa de Inflação e Meta da Inflação	17
<b>15</b>	Variação da Taxa de Juros SELIC do Banco Central	18
<b>16</b>	Poupança	18
<b>17</b>	Bolsa de Valores de São Paulo	19
<b>18</b>	Risco País	20
<b>19</b>	Variação do Dólar	21
<b>20</b>	Variação das Vendas em Fevereiro de 2015	24
<b>21</b>	Vendas em Fevereiro - 2015 Comparadas ao Mês Anterior	26
<b>22</b>	Vendas em Fevereiro - 2015 Comparadas ao Mesmo Mês do Ano Anterior	26
<b>23</b>	Vendas Acumuladas no ano de 2015 Comparadas ao ano de 2014	26
<b>24</b>	Vendas nos Polos de Comércio Pesquisados pela Fecomércio-Pr	26
<b>25</b>	Abertura de Empresas no Paraná	27
<b>26</b>	Falências no Brasil	28
<b>27</b>	Indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito	29
<b>28</b>	Indicador Serasa Experian de Inadimplência	29
<b>29</b>	Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria	30
<b>30</b>	Evolução da Arrecadação do Governo Federal	31
<b>31</b>	Participação da Carga Tributária no PIB	31
<b>32</b>	Dívida Pública Federal Interna	32
<b>33</b>	Desempenho do Superávit Primário - Governo Federal e Banco Central	33
<b>34</b>	Paraná: Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade	34
<b>35</b>	Brasil: Balança Comercial	35
<b>36</b>	Brasil: Intercâmbio Comercial	36
<b>37</b>	Brasil: Intercâmbio Comercial MERCOSUL	37
<b>38</b>	Brasil: Principais Produtos Exportados para o MERCOSUL	38
<b>39</b>	Brasil: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	38
<b>40</b>	Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	39
<b>41</b>	Importações Brasileiras de países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	39
<b>42</b>	Brasil: Principais Produtos Exportados em 2015	40
<b>43</b>	Brasil: Principais Produtos Importados em 2015	40
<b>44</b>	Balança Comercial brasileira - com e sem petróleo e derivados - FOB	40
<b>45</b>	Paraná: Balança Comercial e Corrente de Comércio	42
<b>46</b>	Paraná: Intercâmbio Comercial MERCOSUL	43
<b>47</b>	Paraná: Principais Produtos Exportados do MERCOSUL	44
<b>48</b>	Paraná: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	44
<b>49</b>	Paraná: Principais Países De Destino De Produtos	45
<b>50</b>	Paraná: Principais Produtos Exportados em 2015	45
<b>51</b>	Paraná: Corrente de Comércio	45
<b>52</b>	Paraná: Principais Blocos Econômicos de Destino e Origem De Produtos	46
<b>53</b>	Paraná: Principais Empresas Exportadoras em 2015	46
<b>54</b>	Paraná: Principais Empresas Importadoras em 2015	46
<b>55</b>	Paraná: Exportação - Totais por Fator Agregado	47
<b>56</b>	Paraná: Balança Comercial dos Maiores Exportadores Municipais em 2015	47
<b>57</b>	Investimento Estrangeiro Direto no Brasil	48
<b>58</b>	Dívida Externa Brasileira	49
<b>59</b>	Brasil: Participação da Dívida Externa	49
<b>60</b>	Brasil: Reservas Cambiais	50



# I. NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

## 1. PRODUTO E RENDA

### 1.1. O PIB Total do Brasil e do Paraná

A economia brasileira fechou 2015 com desempenhos negativos de -3,8%. Um número preocupante, considerando que em 2014 o crescimento foi de tão somente 0,1%. O desempenho de cada setor no PIB de 2015 foi o seguinte: a Agropecuária cresceu 1,8%; a Indústria teve retração de 6,2%, e Serviços caiu 2,7%.

No ano de 2015, a economia brasileira apresentou uma série de indicadores restritivos: a) juros SELIC crescentes; b) inflação ascendente; c) queda na produção de bens industriais; d) investimentos públicos aquém do necessário; e) esgotamento da capacidade de endividamento do consumidor e do respectivo poder de compra; f) contenção de financiamentos; g) aceleração dos preços administrados pelo governo: energia elétrica; água e saneamento, telecomunicações; gás de cozinha; h) elevação da inadimplência; i) elevação do desemprego acumulado e redução na criação de novas oportunidades de trabalho.

As políticas de aquecimento do governo federal adotadas desde 2007, demonstraram ter atingido o limite e "esgotamento" no biênio 2013-2014, e que se intensificou em 2015. Não conseguiram exercer o impacto esperado sobre o consumo das famílias. Um efeito paralelo à contenção do Investimento/Formação de Capital Fixo foi a redução de empregos, desestímulo à produção e restrições às inovações e modernização tecnológica.

Desde 2010, o PIB verificado em 2015 foi o que apresenta maior queda percentual, refletindo os erros nas políticas econômicas do governo federal, principalmente no que se refere ao volume de gastos públicos. Num país em que a infraestrutura apresenta diversos gargalos, justifica-se a adoção de políticas estruturais, de médio e longo prazo, destinadas à superação de deficiências em: estradas, ferrovias, portos, energia, etc., que permitam ao sistema produtivo atender questões importantes para a expansão dos investimentos na economia. No entanto as políticas estruturais e de médio e longo prazo estiveram aquém do necessário.

TABELA 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO  
(Em R\$ Milhões)

Período	Brasil			Paraná(1)			Participação PR / BR (%)
	Valor a Preços Correntes de Mercado	Varição Nominal Sobre o Ano Anterior (%)	Varição Real (%)	Valor a Preços Correntes de Mercado	Varição Nominal Sobre o Ano Anterior (%)	Varição Real (%)	
	1	2	3	4	5	6	7
2006	2.409.803	10,96	4,0	136.615	7,85	2,0	5,67
2007	2.718.032	12,79	6,0	161.582	18,28	6,7	5,94
2008	3.107.531	14,33	5,0	179.263	10,94	4,3	5,77
2009	3.328.174	7,10	-0,2	189.992	5,99	-1,3	5,71
2010	3.885.847	20,52	7,6	217.290	14,37	10,0	5,59
2011	4.373.658	12,55	3,9	239.366	10,16	5,7	5,47
2012	4.805.913	9,88	1,8	255.767	6,85	1,8	5,43
2013	5.316.455	14,85	3,0	332.837	-	-	6,26
2014	5.521.256	3,85	0,1	308.986	7,17	0,8	5,43
2015	5.904.331	3,82	-3,8	376.095	21,72	-2,8	6,37

Fonte: Brasil: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Banco Sidra – Contas Econômicas) (Consulta em 11/03/2016)

Paraná: [www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br) - (Indicadores Econômicos – Produto Interno Bruto) (Consulta em 11/03/2016)

Os resultados para o Estado do Paraná, nos anos de 2014 e 2015, são estimativas preliminares do IPARDES

## 1. PRODUTO E RENDA

## 1.2. O PIB do Brasil por Setores e Subsetores

TABELA 2 – BRASIL: PRODUTO INTERNO BRUTO POR SETOR DE ATIVIDADE (1)  
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Setores e Subsetores	2014 4º Tri	2015 1º Tri	2015 2º TRI	2015 3º Tri	2015 4º Tri	2015 - 4º TRI		Variação 2015/ 2014
						Variação % trimestre anterior	Participação % do Setor no PIB Total	
<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>48.019</b>	<b>79.648</b>	<b>76.093</b>	<b>64.264</b>	<b>49.245</b>	<b>2,86</b>	<b>3,22</b>	<b>1,8</b>
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>279.576</b>	<b>267.921</b>	<b>263.602</b>	<b>295.223</b>	<b>295.173</b>	<b>-1,40</b>	<b>19,27</b>	<b>-6,2</b>
1. Extrativa mineral	45.125	31.657	24.978	29.964	24.688	-6,65	1,61	4,9
2. Transformação	131.800	121.264	130.892	147.425	151.638	-2,45	9,90	-9,8
3. Construção civil	78.699	86.731	74.764	81.795	82.504	0,45	5,39	-7,7
4. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	23.952	28.269	32.967	36.038	36.343	1,65	2,37	-1,4
<b>SERVIÇOS</b>	<b>901.423</b>	<b>851.453</b>	<b>879.231</b>	<b>907.708</b>	<b>969.220</b>	<b>-1,45</b>	<b>63,28</b>	<b>-2,7</b>
1. Comércio	147.956	135.222	136.179	157.091	159.920	-2,61	10,44	-8,8
2. Transporte, armazenagem e correio	54.551	52.379	52.287	56.489	52.037	-1,72	3,40	-6,5
3. Serviços de informação	46.981	42.918	42.118	39.097	42.161	-0,92	2,75	-0,3
4. Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos	81.481	88.766	91.019	97.572	103.595	-0,23	6,76	0,2
5. Outros serviços (2)	214.865	199.523	206.555	217.860	223.614	-1,25	14,60	-2,8
6. Atividades imobiliárias e aluguel	125.237	130.979	132.707	125.938	129.228	0,54	8,44	0,3
7. Administração, saúde e educação públicas	230.352	201.665	218.365	213.662	258.665	-2,04	16,89	0,0
<b>Impostos líquidos sobre produtos</b>	<b>217.049</b>	<b>208.989</b>	<b>209.391</b>	<b>214.184</b>	<b>217.988</b>	<b>1,78</b>	<b>14,23</b>	<b>4,9</b>
<b>PIB : preços de mercado</b>	<b>1.446.066</b>	<b>1.408.009</b>	<b>1.428.318</b>	<b>1.481.380</b>	<b>1.531.627</b>	<b>-1,45</b>	<b>100,00</b>	<b>-3,7</b>

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores - Contas Nacionais Trimestrais - Valores a Preços Correntes) (Consulta em 11/03/2016)

TABELA 3 – BRASIL: VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PIB TRIMESTRAL

Período	Sobre Mesmo Trimestre do ano Anterior	Sobre o Trimestre Anterior			
		PIB TOTAL	Agropecuária	Indústria	Serviços
<b>2012</b>	--	<b>1,8</b>	<b>-2,5</b>	<b>0,1</b>	<b>2,4</b>
4º Tri	2,3	0,4	-7,1	-1,4	0,8
<b>2013</b>	--	<b>3,0</b>	<b>8,4</b>	<b>2,2</b>	<b>2,8</b>
1º Tri	2,8	0,5	1,7	0,4	0,0
2º Tri	4,1	1,5	3,8	3,7	1,5
3º Tri	2,8	0,6	-0,7	0,1	0,5
4º Tri	2,4	-0,2	-0,2	-1,1	0,1
<b>2014</b>	--	<b>0,1</b>	<b>0,4</b>	<b>-1,2</b>	<b>0,7</b>
1º Tri	2,7	0,7	2,8	0,7	0,5
2º Tri	-1,2	-1,1	-1,2	-2,5	-0,6
3º Tri	-0,6	0,1	-1,7	0,5	0,3
4º Tri	-0,2	0,0	1,6	-0,4	0,0
<b>2015</b>	--	<b>-0,7</b>	<b>4,8</b>	<b>-0,7</b>	<b>-0,9</b>
1º Tri	-1,6	-1,9	-2,7	-4,3	-0,7
2º Tri	-2,6	-1,9	-2,7	-4,3	-0,7
3º Tri	-4,5	-1,7	-2,4	-1,3	-1,0
4º Tri	-5,9	0,6	-8,0	-4,4	-1,4

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores - Contas Nacionais Trimestrais) (Consulta em 11/03/2016)

(1) Os resultados trimestrais do Paraná não foram divulgados.

(2) O segmento sob denominado outros serviços inclui: Serviços auxiliares à agricultura, agentes de comércio e representação comercial, serviços auxiliares financeiros, dos seguros de previdência complementar e limpeza urbana e esgoto.



**1. PRODUTO E RENDA****1.3. Demanda Agregada**

A demanda agregada de uma economia é a soma de: 1) consumo de famílias; 2) consumo do governo; 3) investimento bruto interno (formação de capital fixo mais variação de estoques); 4) balança comercial: exportações (demanda do exterior de produtos da economia brasileira) menos importações (demanda brasileira de bens produzidos no exterior). O investimento bruto interno (soma de formação de capital fixo mais a variação de estoques) considera investimentos públicos e privados (inclui também investimento do exterior na economia interna); mas não contabiliza o investimento de nacionais feitos em outros países.

Cada componente da demanda agregada em 2015 é representativo do elevado grau de restrições vivenciados pela economia no período, muito acima do previsto pelo governo. E a tendência de queda deve permanecer para o ano de 2016. O desempenho negativo indica, dentre outras possibilidades, um esgotamento ou contenção do poder de compra do consumidor, maior comprometimento da renda e redução do impacto das políticas de incentivo ao consumo, queda na massa de salários e maior desemprego.

Dentre os efeitos decorrentes desse cenário podem ser mencionados: maior desemprego e menor criação de novas oportunidades de trabalho; redução da massa de salários e do poder de compra, bem como a deterioração do poder de consumo das categorias de renda C, D e E.

**TABELA 4 – BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA AGREGADA**  
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Tipo de Demanda	2014 1ºTri	2014 2ºTri	2014 3ºTri	2014 4ºTri	2015 1ºTri	2015 2ºTri	2015 3ºTri	2015 4ºTri
<b>Consumo das famílias</b>	<b>829.557</b>	<b>840.674</b>	<b>865.507</b>	<b>914.069</b>	<b>887.763</b>	<b>896.149</b>	<b>937.195</b>	<b>976.767</b>
<b>Consumo da administração pública (ou Governo)</b>	244.401	271.489	274.122	324.889	272.586	298.286	289.137	342.765
<b>Investimento Bruto Interno</b>	<b>294.726</b>	<b>270.909</b>	<b>290.020</b>	<b>253.110</b>	<b>297.200</b>	<b>248.947</b>	<b>263.064</b>	<b>212.747</b>
Formação bruta de capital fixo	268.997	264.452	279.673	276.993	276.736	254.226	268.430	256.808
Variação de estoque	25.729	6.456	10.348	-23.883	20.464	-5.279	-5.366	-44.061
<b>Balança Comercial</b>	<b>-46.379</b>	<b>-27.700</b>	<b>-32.136</b>	<b>-46.002</b>	<b>-49.540</b>	<b>-15.064</b>	<b>-8.016</b>	<b>-652</b>
Exportações	144.062	161.811	171.620	158.417	152.545	188.897	211.906	216.340
Importações (-)	190.441	189.511	203.756	204.419	202.085	203.961	219.922	216.992
<b>Demanda Agregada Total</b>	<b>1.322.305</b>	<b>1.355.372</b>	<b>1.397.513</b>	<b>1.446.066</b>	<b>1.408.009</b>	<b>1.428.318</b>	<b>1.481.380</b>	<b>1.531.627</b>

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores - Contas Nacionais Trimestrais - Valores a Preços Correntes) (Consulta em 11/03/2016)

## 1.4. Brasil: Grandes Agregados- Evolução de Oferta e Demanda

TABELA 5 – Brasil: Agregados do PIB em valores correntes  
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços	Va	Impostos líquidos sobre produtos	PIB pm	Despesa de consumo das famílias	Despesa de consumo da administração pública	Formação bruta de capital fixo	Variação de estoques	Exportação de bens e serviços	Importação de bens e serviços (-)
2006	105 302	568 913	1 375 427	2 049 642	360 161	2 409 803	1 456 420	453 395	415 941	18 879	346 342	281 175
2007	120 206	628 933	1 568 156	2 317 296	400 736	2 718 032	1 628 510	509 124	491 115	52 257	362 548	325 522
2008	141 721	720 086	1 762 397	2 624 204	483 326	3 107 531	1 857 401	578 633	605 663	71 772	420 881	426 819
2009	149 449	730 810	1 964 638	2 844 897	483 277	3 328 174	2 063 996	646 738	639 191	-8 311	361 680	375 120
2010	160 322	903 768	2 239 738	3 303 828	583 007	3 886 835	2 341 155	738 966	800 353	46 813	417 270	457 722
2011	190 570	1 010 346	2 517 928	3 718 844	655 921	4 374 765	2 637 009	817 368	902 885	51 174	501 802	535 473
2012	210 416	1 012 968	2 771 049	3 994 433	718 663	4 713 096	2 908 410	909 613	952 524	6 280	563 573	627 304
2013	240 290	1 131 810	3 166 496	4 538 596	77 7859	5 316 455	3 276 050	1 007 780	1 113 772	41 560	620 077	742 784
2014	262 346	1 104 721	3 351 837	4 718 904	802 352	5 521 256	3 449 807	1 114 901	1 090 116	18 650	635 910	788 127
2015*	263.626	1.149.415	3.642.326	5.055.367	848.964	5.904.331	3.741.855	1.192.401	1.072.458	-26.687	770.084	845.779

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (Consulta em 11/03/2016)

TABELA 6 – BRASIL: Participação percentual dos setores no valor adicionado

Especificação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>5,5</b>	<b>5,6</b>	<b>5,9</b>	<b>6,1</b>	<b>5,3</b>	<b>5,5</b>	<b>5,3</b>	<b>5,7</b>	<b>5,6</b>	<b>5,4</b>
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>28,8</b>	<b>27,8</b>	<b>27,9</b>	<b>25,4</b>	<b>28,1</b>	<b>27,5</b>	<b>26,0</b>	<b>24,9</b>	<b>23,4</b>	<b>22,4</b>
Extrativa Mineral	2,9	2,3	3,2	1,3	3,0	4,1	4,3	4,1	4,0	2,2
Transformação	17,4	17,0	16,6	15,8	16,2	14,6	13,0	13,0	10,9	11,0
Construção Civil	4,7	4,9	4,9	4,9	5,7	5,8	5,7	5,4	2,0	6,5
Prod. e distrib. de eletricidade, gás, água, esgoto e limp.urb.	3,8	3,6	3,1	3,4	3,2	3,1	3,1	2,3	6,5	2,7
<b>SERVIÇOS</b>	<b>65,8</b>	<b>66,6</b>	<b>66,2</b>	<b>68,5</b>	<b>66,6</b>	<b>67,0</b>	<b>68,7</b>	<b>69,4</b>	<b>71,0</b>	<b>72,2</b>
Comércio	11,5	12,1	12,5	11,8	12,5	12,6	12,7	12,7	12,1	11,8
Transporte, armazenagem e correio	4,8	4,8	5,0	5,1	5,0	5,1	5,4	5,3	4,5	4,3
Serviços de informação	3,8	3,8	3,8	3,7	3,2	3,0	2,9	2,6	3,7	3,3
Intermediação financeira, seguros, prev. complementar e Serv. Relac.	7,2	7,7	6,8	7,3	7,5	7,4	7,2	7,0	6,7	7,6
Outros Serviços	14,5	14,2	14,1	15,1	14,3	14,5	15,7	15,7	10,2	17,0
Ativ. imobiliárias e aluguéis	8,7	8,5	8,2	8,4	7,8	7,9	8,2	8,3	17,0	10,4
Adm., saúde e educação públicas	15,3	15,5	15,8	17,0	16,2	16,3	16,6	17,7	16,8	17,9
<b>Valor adicionado a Preços Básicos</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Impostos sobre Produtos	16,5	16,3	17,5	16,2	17,2	17,3	17,9	17,9	17,0	17,0
<b>PIB a Preços de Mercado</b>	<b>116,5</b>	<b>116,3</b>	<b>117,5</b>	<b>116,2</b>	<b>117,2</b>	<b>117,3</b>	<b>117,9</b>	<b>117,9</b>	<b>117,0</b>	<b>117,0</b>

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (Consulta em 11/03/2016)

TABELA 7 – BRASIL: Componentes da demanda no PIB (%)

Período	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Consumo das famílias	60,4	59,9	59,8	62,0	60,2	60,3	61,7	61,6	62,5	63,4
Consumo do governo	18,8	18,7	18,6	19,4	19,0	18,7	19,3	19,0	20,2	20,2
FBCF+variação de Estoques	18,0	20,0	21,8	19,0	21,8	21,8	20,3	21,7	20,1	17,7
Exportações de bens e serviços	14,4	13,3	13,5	10,9	10,7	11,5	12,0	11,7	11,5	13,0
Importações de bens e serviços	(11,7)	(12,0)	(13,7)	(11,3)	(11,8)	(12,2)	(13,3)	(14,0)	(14,3)	(14,3)
<b>PIB a preços de mercado</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (consulta em 11/03/2016)

**2. MERCADO DE TRABALHO****2.1. Mercado de Trabalho Brasileiro**

Um dos indicadores do mercado de trabalho no País é o da criação de empregos, resultante do número de empregados admitidos menos o de demitidos. Em janeiro de 2016, o único setor com números positivos foi a Agricultura.

Em 2016, bimestre janeiro- fevereiro, os números da criação de empregos continuaram negativos, quase chegando a 205 mil demissões a superar as admissões no total do período, conforme os números do MTE a seguir.

As categorias de mercado em uma economia correspondem a quatro grandes segmentos em uma abordagem macroeconômica: 1) mercado de bens e serviços, onde ocorre a demanda e a produção e oferta; 2) mercado monetário-financeiro, que abrange oferta e demanda de moeda e bolsa de valores (inclui o mercado de capitais); 3) mercado externo, caracterizado por exportações e importações; e 4) mercado de trabalho, onde ocorrem oferta e demanda de mão-de-obra na economia e a utilização da força de trabalho disponível e economicamente ativa.

O mês de dezembro, tradicionalmente, gera poucos empregos novos na Indústria de Transformação, pois as encomendas do comércio para o Natal são efetuadas de agosto a outubro. Com o dólar valorizado atualmente, poderá ocorrer crescimento das vendas para o exterior da indústria exportadora.

O Comércio gera mais empregos temporários no final de ano e demite pouco, até como estratégia de atendimento da demanda adicional de dezembro; mas as vendas em dezembro de 2015, deverão cair em relação a 2014 e não deverão ajudar na elevação de empregos. Em janeiro, o comércio demite muitos de contrato temporário. Em Outros Serviços havia até 2014 uma grande rotatividade de mão-de-obra: muitos trabalhadores, em busca de melhor remuneração, circulavam por várias empresas. Esse cenário não prevaleceu em 2015.

**TABELA 8 – BRASIL: CRIAÇÃO DE EMPREGOS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA**  
(Número de Empregos Admitidos menos o Número de Demitidos)

Setor	2011	2012	2013	2014	2015	2016 Jan-Fev
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>472.288</b>	<b>256.847</b>	<b>244.446</b>	<b>-267.816</b>	<b>-1.048.250</b>	<b>-65.417</b>
Extrativa Mineral	19.538	10.928	2.680	-2.348	-14.039	-1.641
Transformação	218.138	86.406	126.359	-163.817	-608.878	-43.046
Serviços Industriais de Utilidade Pública	9.467	10.223	8.383	4.825	-8.374	-2.015
Construção Civil	225.145	149.290	107.024	-106.476	-416.959	-18.715
<b>SERVIÇOS</b>	<b>1.410.934</b>	<b>1.040.019</b>	<b>870.853</b>	<b>665.179</b>	<b>-503.942</b>	<b>-144.301</b>
Comércio	459.841	372.368	301.095	180.814	-218.650	-125.312
Administração Pública	16.126	1.491	22.841	8.257	-9.238	8.011
Outros Serviços (*)	934.967	666.160	546.917	476.108	-276.054	-27.000
<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>83.227</b>	<b>4.976</b>	<b>1.872</b>	<b>-370</b>	<b>9.821</b>	<b>4.806</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.966.449</b>	<b>1.301.842</b>	<b>1.117.171</b>	<b>396.993</b>	<b>-1.542.371</b>	<b>-204.912</b>

Fonte:www.mte.gov.br (Consulta em 23/03/2016)

(\*) Outros Serviços conforme o CAGED, é formado por: a) Instituições financeiras; b) administração de imóveis e serviços técnicos profissionais; c) transporte e comunicação; d) alojamento, alimentação reparação e manutenção; e) médicos odontológicos; f) ensino.

**2. MERCADO DE TRABALHO****2.2. Mercado de Trabalho Paranaense**

Os números do CAGED de 2016- 1.º bimestre estão negativos: -978, sendo que o desempenho se apresenta mais negativo em fevereiro. O total de empregos criados caiu muito, influenciado pela crise econômica no país que afetou o Paraná. A queda no emprego reduz o poder de compra da população e eleva o índice de inadimplência.

Em 2015, os empregos criados foram negativos, tendência que poderá ser mantida em 2016. Até 2014, o cenário da economia, para esse indicador, era o inverso do que vigorou em 2015. Em alguns ramos, a demanda de mão-de-obra não foi atendida, devido qualificação insuficiente. O trabalhador escolhia o emprego em função do imediatismo da remuneração e benefícios como: assistência-saúde, vales alimentação e transporte. A perspectiva de carreira não era prioritária. Até meados de 2014, havia grande rotatividade de mão-de-obra e dificuldades em preencher vagas em alguns setores do varejo: supermercados e hipermercados; hotéis, bares e restaurantes; e lojas franqueadas que buscam adequar o trabalhador aos padrões da loja/marca. Uma característica desses ramos era contratar trabalhadores para 1.º emprego, sem experiência anterior e o treinamento ser ofertado na empresa. A indústria enfrentou carência de mão-de-obra qualificada em segmentos específicos como, por exemplo, para "acabamento" na construção civil.

O quadro mudou bastante em 2015: queda na geração de empregos e o trabalhador aceitando a 1.ª oferta de trabalho e os reflexos sobre a economia paranaense.

No corrente ano, 2016, a intensidade do desemprego pode ser classificada como dramática, com tendências de continuidade no período.

**TABELA 9 – PARANÁ: CRIAÇÃO DE EMPREGOS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA**  
(Número de Empregos Admitidos menos o Número de Demitidos)

Período	Indústria (1)	Serviços				Agropecuária e Outros	Total
		Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Administração Pública (2)	Outros Serviços (3)		
<b>2007</b>	<b>54.535</b>	<b>25.146</b>	<b>5.356</b>	<b>575</b>	<b>30.996</b>	<b>5.753</b>	<b>122.361</b>
<b>2008</b>	<b>36.478</b>	<b>26.656</b>	<b>6.411</b>	<b>-408</b>	<b>35.686</b>	<b>6.080</b>	<b>110.903</b>
<b>2009</b>	<b>21.264</b>	<b>18.572</b>	<b>4.183</b>	<b>2.069</b>	<b>27.377</b>	<b>-4.381</b>	<b>69.084</b>
<b>2010</b>	<b>41.527</b>	<b>33.831</b>	<b>5.159</b>	<b>340</b>	<b>53.125</b>	<b>-2.375</b>	<b>131.607</b>
<b>2011</b>	<b>36.721</b>	<b>26.672</b>	<b>6.597</b>	<b>1.876</b>	<b>51.557</b>	<b>493</b>	<b>123.916</b>
<b>2012</b>	<b>41.809</b>	<b>26.864</b>	<b>5.910</b>	<b>1.573</b>	<b>50.357</b>	<b>6.110</b>	<b>132.623</b>
<b>2013</b>	<b>18.711</b>	<b>22.254</b>	<b>5.881</b>	<b>2.112</b>	<b>39.196</b>	<b>2.195</b>	<b>90.349</b>
<b>2014</b>	<b>-4.969</b>	<b>9.779</b>	<b>3.728</b>	<b>586</b>	<b>32.050</b>	<b>-162</b>	<b>41.012</b>
<b>2015</b>	<b>-62.118</b>	<b>-13.526</b>	<b>482</b>	<b>162</b>	<b>-4.659</b>	<b>2.516</b>	<b>-77.143</b>
Fev	1.541	-1.044	783	427	6.564	303	8.574
Mar	2.898	1.504	593	100	3.822	1.257	10.174
Abr	-3.441	556	-332	188	-38	1.065	-2.002
Mai	-2.571	-9	259	44	406	510	-1.361
Jun	-6.285	-2.199	58	-91	-1.205	829	-8.893
Jul	-8.460	-3.354	-92	-29	-1.251	831	-12.355
Ago	-6.811	-1.686	106	-8	236	-31	-8.194
Set	-4.901	-962	-148	-168	-2.321	28	-8.472
Out	-6.539	-321	-55	108	-1.291	-597	-8.695
Nov	-9.572	3.033	33	40	-839	-212	-7.517
Dez	-24.303	-4.307	-1.319	-371	-13.244	-1.571	-45.115
<b>2016</b>	<b>760</b>	<b>-7.313</b>	<b>1.386</b>	<b>144</b>	<b>3.416</b>	<b>629</b>	<b>-978</b>
Jan	2.183	-4.039	422	-55	2.508	53	1.072
Fev	-1.423	-3.274	964	199	908	576	-2.050

Fonte: www.mte.gov.br (Consulta em 23/03/2016)

(1) Indústria compreende os ramos: 1) extrativa mineral; 2) transformação; 3) serviços industriais de utilidade pública; 4) construção civil.

(2) Compreende: administração pública, saúde e educação pública.

(3) O CAGED estabelece: a) Instituições financeiras; b) administração de imóveis e serviços técnicos profissionais; c) transporte e comunicação; d) alojamento, alimentação reparação e manutenção; e) médicos odontológicos; f) ensino.

(\*) Resultados acrescidos de ajustes conforme CAGED; a variação relativa tem por base: estoques do mês atual e de dezembro do ano t-1, ambos com ajuste.

(\*\*) A diferença entre a somatória de 2014 e os números dos meses respectivos se deve a ajustes efetuados pelo CAGED, entidade que fornece os dados.

Conforme jornal Gazeta do Povo, na data 26/01/2016, consta:

"Em 2015, foram fechados mais de 75 mil postos de trabalho com carteira assinada no Paraná. A maior parte desses cortes ocorreu em Curitiba: 32 mil vagas; S.J. dos Pinhais: 6,7 mil; Maringá: 3,1 mil; Londrina: 2,9 mil; Araçongas: 2,7 mil. Na outra ponta, alguns municípios do estado mantiveram o saldo positivo, com mais contratações do que demissões no ano passado. Pontal do Paraná: 2.265; Matinhos: 1.936; Medianeira: 1.272; Matelândia: 1.270; Paraíso do Norte: 911; Ortigueira: 694; Palotina: 585; Telêmaco Borba: 483; Araucária: 404; Cafelândia 404."

**2. MERCADO DE TRABALHO****2.3. Taxa de Desemprego**

A taxa média do 1.º bimestre de 2016 superou a de igual período de 2015. É um crescimento que, quando associado aos demais indicadores atuais da economia brasileira, marcam uma continuidade da queda na atividade econômica. Ou seja, um dos principais problemas decorrentes dessa crise é o desemprego, perdas de renda e poder de compra e aumento da inadimplência.

Em 2015, o desemprego teve um crescimento gradual, mês a mês, maior no segundo semestre que no primeiro. A taxa anual de desemprego em 2015: 6,8%, levou este indicador a retornar aos índices do período 2006 -2010, após a queda verificada de 2011 a 2014. A taxa trimestral de desocupação atingiu no 3.º trimestre o maior valor, desde 2012: 8,88%. A explicar esse cenário estão: esgotamento das políticas de incentivo ao consumo, restrições na economia, em especial na indústria, elevação tributária, redução do consumo das famílias, queda no varejo, contenção dos investimentos, juros altos e inflação acima da meta.

Em 2013-2014 os indicadores indicaram situação de quase pleno-emprego, com maior salário real médio, muito estimulado pelo crescimento do setor serviços. Destaca-se que a taxa calculada pelo IBGE toma como base 6 regiões metropolitanas. Um indicador com baixo desemprego pode pressionar o salário real médio e impactar preços e inflação. Em algumas atividades da economia houve em 2014 contratação de trabalhadores haitianos, bolivianos e/ou paraguaios, de menor custo, devido insuficiência de mão-de-obra brasileira. Mas é uma situação que deixou de existir em 2015, que sinaliza inversão total da tendência anterior.

As políticas econômicas até 2014, de aquecimento, mesmo que conjunturais e de curto prazo, mais o estímulo à demanda final, permitiram, num primeiro momento, desempenho positivo do emprego, importante para manter a demanda e aquecer as vendas do comércio.

No entanto, essas políticas conjunturais tiveram efeitos limitados, se esgotaram rapidamente e sinalizam no momento, uma queda significativa nos investimentos em infraestrutura e bens de capital em toda a economia, repercutindo sobre o Paraná.

TABELA 10- BRASIL E CURITIBA: TAXA DE DESEMPREGO		
Período	Taxa de Desemprego Variação %	
	Brasil	RM Curitiba (1)
2006	10,0	6,9
2007	9,3	6,2
2008	7,9	5,4
2009	8,1	5,4
2010	6,8	4,5
2011	6,0	3,7
2012	5,5	3,9
2013	5,4	--
2014	4,8	--
2015	6,8	--
Jan	5,3	--
Fev	5,9	--
Mar	6,2	--
Abr	6,4	--
Mai	6,7	--
Jun	6,9	--
Jul	7,5	--
Ago	7,6	--
Set	7,6	--
Out	7,9	--
Nov	7,5	--
Dez	6,9	--
2016	--	--
Jan	7,6	--
Fev	8,2	--

TABELA 10.1 - PNAD: TAXA DE DESOCUPAÇÃO		
Período	Taxa de Desocupação Variação %	
	Brasil	Sul
2012 3º Tri	7,10	4,30
4º Tri	6,90	4,00
<b>2012</b>	<b>7,35</b>	<b>4,55</b>
2013 1º Tri	8,00	4,80
2º Tri	7,40	4,30
3º Tri	6,90	4,10
4º Tri	6,20	3,80
<b>2013</b>	<b>7,13</b>	<b>4,25</b>
2014 1º Tri	7,10	4,30
2º Tri	6,80	4,10
3º Tri	6,80	4,20
4º Tri	6,50	3,80
<b>2014</b>	<b>6,80</b>	<b>4,10</b>
2015 1º Tri	7,94	5,10
2º Tri	8,31	5,52
3º Tri	8,88	5,99
4º Tri	8,96	5,70
<b>2015</b>	<b>8,52</b>	<b>5,58</b>

Fontes: Brasil: www.ibge.gov.br - (Indicadores - Trabalho e rendimento - PME) - (Consulta em 23/03/2016)  
RM Curitiba: www.ipardes.gov.br - (Indicadores Econômicos - Mercado de Trabalho) - (Consulta em 23/03/2016)

(1) IPARDES é o órgão responsável pelos dados do desemprego na Região Metropolitana de Curitiba.  
Taxa anual calculada internamente pela FECOMERCIO - Média dos trimestres do ano

### 3. NÍVEL DE SALÁRIO

#### 3.1. Salário Mínimo no Brasil

O salário mínimo, com correção anual definida pelo governo federal, tem a variação definida pela inflação acumulada nos 12 meses anteriores e mais um percentual variável de produtividade. É um valor de referência para a remuneração no país.

Os trabalhadores do comércio têm sua remuneração estabelecida a partir de uma correção igual ao valor da inflação sobre o salário anterior mais os percentuais de itens negociados na data base entre os sindicatos representativos das categorias de trabalhadores e de empresários do comércio. O início da vigência do novo salário possibilita um adicional na massa de salários para os trabalhadores e um correspondente aumento no poder de compra desses trabalhadores.

De 2005 a 2010, o percentual de reajuste foi superior à inflação dos doze meses anteriores, representando um aumento real de salários e no poder aquisitivo da população que tem o salário mínimo como referência de remuneração. Em 2011, o reajuste foi menor que a inflação. De 2012 a 2014 o reajuste do salário mínimo foi maior que a inflação de referência.

**TABELA 11 – BRASIL: SALÁRIO MÍNIMO**

Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$ (1)	Cotação do Dólar	Início da Vigência	Inflação no Período (%) (2)
2005	300,00	15,38	119,33	2,514	1/5/2005	8,07
2006	350,00	16,67	162,49	2,154	1/4/2006	4,41
2007	380,00	8,57	187,56	2,026	1/5/2007	3,21
2008	415,00	9,21	246,88	1,681	1/3/2008	3,77
2009	465,00	12,05	198,13	2,347	1/2/2009	5,32
2010	510,00	9,68	295,82	1,724	1/1/2010	3,81
2011	545,00	6,86	327,52	1,664	1/3/2011	7,54
2012	622,00	14,13	333,05	1,867	1/1/2012	4,86
2013	678,00	8,26	332,11	2,041	2/1/2013	5,84
2014	724,00	6,78	302,06	2,397	1/1/2014	5,91
2015	788,00	8,84	307,59	2,562	1/1/2015	6,41
2016	880,00	11,67	217,93	4,038	1/1/2016	10,67

Fonte: www.mte.gov.br – (Emprego e Renda – Salário Mínimo) (Consulta em 01/02/2015)

O salário mínimo –SM, foi criado pelo Decreto-Lei nº 2162 de 01/05/1940, quando passou a vigorar (\*). O país foi dividido em 22 regiões (20 estados da época, mais território do Acre e Distrito Federal); os estados foram divididos em sub-regiões, num total de 50 sub-regiões. Para cada sub-região fixou-se um valor de SM, num total de 14 valores distintos para o Brasil. A relação entre maior e menor valor em 1940 era de 2,67. A primeira tabela do SM teve vigência de três anos; em julho de 1943 houve o primeiro reajuste, seguido de outro em dezembro do mesmo ano.

Em maio de 1984 ocorreu a unificação do SM no país. A partir de 1990, apesar dos altos índices de inflação, as políticas salariais buscaram garantir o poder de compra do SM, que apresentou crescimento real de 10,6% entre 1990 e 1994, em relação à inflação medida pelo INPC.

A estabilização pós Plano Real, permitiu ao SM elevar ganhos reais em 28,3% de 1994 a 1999.

Os dados da evolução do SM desde 1940 permitem duas conclusões importantes: 1º) ao contrário de manifestações frequentes de que o poder de compra do SM seria hoje muito menor que na sua origem, os dados mostram não existir perda significativa; 2º) a estabilização dos preços a partir de 1994 permitiu significativa recuperação do poder de compra do SM desde a década de 50.

(1) Foi utilizado como referência o valor de venda do US\$-dólar no primeiro dia útil do mês da alteração salarial.

(2) O valor da Inflação se refere ao valor acumulado do IPCA, em relação ao salário anterior. O valor no período pode diferir da inflação anual. (Consulta em 01/02/2016).

### 3. NÍVEL DE SALÁRIO

#### 3.2. Salário Mínimo no Paraná

O Governo do Paraná instituiu, a partir de 2006, salário mínimo regional para categorias de trabalhadores que não possuíam: a) piso salarial estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho; b) piso salarial estabelecido em lei federal. Como exemplo, cabe citar: empregadas domésticas. Os valores na Tabela 12 correspondem ao teto máximo do reajuste.

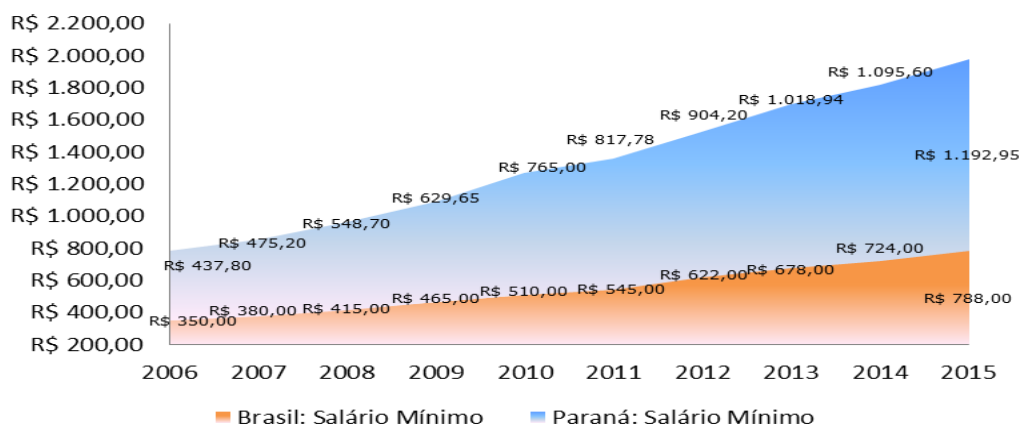
As leis estaduais dos valores do salário mínimo no Paraná são: a) Lei 15.118 de 2006; b) Lei 15.486 de 2007; c) Lei 15.826 de 2008; d) Lei 16.099 de 2009; e) Lei 16.470 de 2010; f) Lei 16.807 de 2011; g) Lei 17.135 de 2012; h) Decreto 8.088 de 1º de maio de 2013; i) Lei 18.059 de 2014; j) Decreto 1.198 de 30 de abril de 2015. O salário no Paraná e os percentuais de correção utilizados tem sido superiores aos valores do mínimo definido pelo governo federal.

TABELA 12 – PARANÁ: SALÁRIO MÍNIMO

Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$ (1)	Cotação do Dólar	Data de Vigência	Inflação no Período (%) (2)
2006	437,80	45,93	190,35	2,071	1/5/2006	4,63
2007	475,20	8,54	246,35	2,026	1/5/2007	3,00
2008	548,70	15,47	336,83	1,650	1/5/2008	5,04
2009	629,65	14,75	294,66	2,137	1/5/2009	5,53
2010	765,00	21,49	441,94	1,731	1/5/2010	5,22
2011	817,78	6,89	519,59	1,574	1/5/2011	5,21
2012	904,20	1,57	472,34	1,914	1/5/2012	4,48
2013	1.018,94	12,69	507,21	2,010	1/5/2013	7,22
2014	1.095,60	7,52	493,05	2,222	1/5/2014	6,28
2015	1.192,95	8,89	387,95	3,075	1/5/2015	8,17

Fonte: www.casacivil.pr.gov.br – (Serviços – Legislação – Decretos – Decreto 1198 de 30 de Abril de 2015) (Consulta em 03/06/2015)

#### SALÁRIO MÍNIMO - BRASIL x PARANÁ



(1) Foi utilizado como referência o valor de venda do US\$-Dólar no primeiro dia útil do mês da alteração salarial.

(2) O valor da Inflação se refere ao valor acumulado do IPCA, em relação ao salário anterior.

(3) Valor divulgado refere-se ao teto salarial máximo, segundo os grupos da classificação brasileira de ocupações: (IPCA acumulado de Abril a Maio)

**GRUPO I** – R\$ 1.032,02 para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 6 da Classificação Brasileira de Ocupações;

**GRUPO II** – R\$ 1.070,33 para os Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio, Lojas e Mercados e Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 4, 5 e 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

**GRUPO III** – R\$ 1.111,04 para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

**GRUPO IV** – R\$ 1.192,45 para os Técnicos de Nível Médio, correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações;

## 4. NÍVEL DE PREÇOS

### 4.1. Introdução

As oscilações e evolução dos níveis de preços constituem fatores importantes na avaliação conjuntural de uma economia. Os órgãos encarregados dessa mensuração devem utilizar metodologias consistentes que permitam captar adequadamente as variações nos preços. Ademais, os itens que compõem a cesta de bens a ser pesquisada para se realizar o cálculo da inflação devem representar os padrões de consumo das categorias de renda avaliadas.

Serão apresentados como representativos das variações de preços, dois indicadores:

**1.º) IPCA:** índice de preços ao consumidor ampliado, índice oficial de inflação do Brasil, obtido pelo IBGE. Representa variações de preços de produtos e serviços consumidos por famílias com renda até 40 salários mínimos, em diferentes regiões do País. Os índices obtidos em cada região são agregados conforme pesos pré-determinados relacionados à importância, dimensão e habitantes para a composição do índice nacional.

Os grupos de despesas que compõem o IPCA são os seguintes:

- 1) alimentação e bebidas;
- 2) habitação;
- 3) artigos de residência;
- 4) vestuário;
- 5) transportes;
- 6) saúde e cuidados pessoais;
- 7) despesas pessoais;
- 8) educação;
- 9) comunicação.

A base de cálculo do IPCA é composta de: **a)** nove (9) regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Belém, Fortaleza, Salvador; **b)** Distrito Federal; **c)** três (3) cidades: Goiânia, Vitória, Campo Grande.

**2.º) IPC:** inflação da cidade de Curitiba, calculado pelo IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (da Secretaria de Planejamento do Estado).

TABELA 13 – ÍNDICE DE PREÇOS

Índice	Entidade Elaboradora	Período de Coleta: dias	Base Geográfica	Renda Familiar	Uso Principal
1) IPCA <sup>(1)</sup>	IBGE	1 a 30 (mês civil)	11 Capitais (*)	1 a 40 SM	Inflação oficial do País Tem ampla aplicação.
2) IPC <sup>(2)</sup>	IPARDES /Curitiba	1 a 30	Curitiba	1 a 40 SM	Preços no varejo em Curitiba

### 4.2. Meta da Inflação

O regime de metas de inflação foi implantado em 1999. Nesse procedimento, as autoridades monetárias: Comitê de Política Monetária-COPOM, Conselho Monetário Nacional-CMN, Banco Central e Ministério da Fazenda – definem para o ano seguinte um valor limite para a inflação (meta), com oscilação para cima ou para baixo de 2 (dois) pontos e, no ano de referência, o posicionamento das autoridades visa o cumprimento da meta.

O valor da inflação definido na meta é obtido das análises do desempenho da economia no ano anterior, das tendências do mercado externo, das oscilações da demanda agregada e das variações de preços básicos (commodities agrícolas, petróleo, indústria extrativa mineral e siderurgia).

(1) IPCA - Preços ao Consumidor Amplo

(2) IPC - Preços ao Consumidor.



#### 4. NÍVEL DE PREÇOS

##### 4.3. Taxa de Inflação

Em fevereiro, a inflação caiu em relação a janeiro; no bimestre, a soma foi menor que a de igual período de 2015. Há perspectiva de continuidade da queda após março de 2016, considerando já terem sido assimiladas as elevações típicas de início de ano.

Em 2015, a inflação chegou a 10,67%, muito acima da meta de 4,5%, a maior taxa desde 2005. Dentre as motivações podem ser citadas: aumento das tarifas públicas administradas pelos três níveis de governo: energia elétrica, água e saneamento, combustíveis, tarifas de transporte urbano. A elevação nas alíquotas tributárias durante o ano também se insere nesse contexto: IPTU, ISS, ICMS, retirada de subsídios. Por outro lado, acrescenta-se uma política monetária com juros ascendentes (mas que se refletiu sobre os preços), dólar que chegou R\$ 4,00 e quedas na produção industrial e vendas do varejo, que afetaram a geração de emprego e renda. A chamada inflação de expectativas também ocorreu: a perspectiva de aumento do preço futuro contribuiu para antecipar a vigência de maiores preços: Alguns insumos básicos importados repercutiram sobre os preços. Os custos logísticos também se elevaram.

As providências de governo federal para ajustar preços administrados, após longo período de contenção/ adiamento de reajustes, não produziram os efeitos esperados. Surge no atual contexto, diante de um orçamento federal deficitário para 2016, a possível elevação tributária no ano ou criação de novos tributos, como CPMF, para cobrir o déficit, com impactos sobre os preços

**TABELA 14 – TAXA DE INFLAÇÃO E META DE INFLAÇÃO**

Período	Brasil			Meta de Inflação (%)	Curitiba		
	IPCA (IBGE) (%)				IPC (IPARDES) (%)		
2005	5,69			4,5	4,05		
2006	3,14			4,5	4,82		
2007	4,46			4,5	4,78		
2008	5,90			4,5	4,85		
2009	4,31			4,5	3,88		
2010	5,91			4,5	5,09		
2011	6,50			4,5	5,81		
2012	6,20			4,5	5,91		
2013	5,56			4,5	6,17		
	Variação mensal	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses		Variação mensal	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses
2014		6,41		4,5		6,05	
Dez	0,78	6,41	6,41		0,02	6,05	6,05
2015		10,67		4,5		10,71	
Jan	1,24	1,24	7,14		0,41	0,41	6,02
Fev	1,22	2,48	7,70		1,15	1,57	6,54
Mar	1,32	3,83	8,13		0,81	2,39	6,76
Abr	0,71	4,56	8,17		2,36	4,81	8,15
Mai	0,74	5,34	8,47		1,47	6,35	9,41
Jun	0,79	6,17	8,89		0,29	6,65	9,70
Jul	0,62	6,83	9,56		1,23	7,97	10,80
Ago	0,22	7,06	9,53		1,11	9,17	11,46
Set	0,54	7,64	9,49		0,34	8,00	9,34
Out	0,82	8,52	9,93		1,23	9,33	10,43
Nov	1,01	9,62	10,48		0,80	10,20	10,23
Dez	0,96	10,67	10,67		0,46	10,71	10,71
2016				4,5			
Jan	1,27	1,27	10,71		0,85	0,85	11,20
Fev	0,90	2,18	10,36		0,75	1,61	10,76

**Tabela 14.A – Maiores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Fevereiro)**

Educação	5,90
Alimentação e Bebidas	1,06
Artigos de Residência	1,01

**Tabela 14.B – Menores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Fevereiro)**

Habitação	-0,15
Vestuário	0,24
Transportes	0,62

**Tabela 14.C – Maiores aumentos por localidades – Brasil (Fevereiro)**

Salvador	1,41
Recife	1,29
Belém	1,11

**Tabela 14.D – Menores aumentos por localidades – Brasil (Fevereiro)**

Vitória	0,28
Campo Grande	0,54
Rio de Janeiro	0,68

## 5. TAXA DE JUROS E POUPANÇA

Os juros SELIC do Banco Central, referência para os demais juros no país e também para a dívida pública, permanecem elevados: 14,25% no ano foi o valor em fevereiro de 2016. É um valor que pode ser assimilável considerando os efeitos esperados possíveis a serem obtidos em uma redução da inflação. O aumento dos juros pelo Comitê de Política Monetária-COPOM do BC indica a priorização da adoção de um instrumento de política econômica para desaquecer o consumo, adiar a demanda e desestimular elevação de preços. A mais recente elevação dos juros, ocorreu em julho de 2015.

Em 2014, ano eleitoral, a política de juros do BC não refletiu a realidade da economia, pois os juros foram mantidos entre abril e setembro em 11%. Somente a partir de outubro, tardiamente, o BC adotou elevação que se fazia necessária. Tudo visando reduzir oferta monetária, desestimular ou adiar a demanda e conter inflação. O objetivo não foi viabilizado. Verifica-se que o aumento dos juros e contenção da demanda se insere num contexto de política restritiva de desaquecimento, mas também uma forma de política corretiva.

O padrão de emprego elevado em 2014 fez crescer: massa de salários, renda da população ativa e qualificada, poder aquisitivo, resultando em pressão de demanda sobre sistema de produção. Após priorizar a demanda, mesmo com algum resquício inflacionário, o governo se preocupou com a inflação adotando elevação nos juros para conter a demanda.

O ponto de corte para a redução do rendimento da poupança, considerando as mudanças vigentes, era a SELIC em 8,0%, percentual que ocorreu de julho/2012 a junho/ 2013; ao atingir 8,0% em junho/2013, o critério para rendimento da poupança voltou ao modelo anterior.

2013		2014		2015		2016	
Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)
Jan	7,25	Jan	10,50	Jan	12,25	Jan	14,25
Fev	7,25	Fev	10,75	Fev	12,25	Fev	14,25
Mar	7,25	Mar	10,75	Mar	12,75	Mar	
Abr	7,50	Abr	11,00	Abr	13,25	Abr	
Mai	7,50	Mai	11,00	Mai	13,25	Mai	
Jun	8,00	Jun	11,00	Jun	13,75	Jun	
Jul	8,50	Jul	11,00	Jul	14,25	Jul	
Ago	9,00	Ago	11,00	Ago	14,25	Ago	
Set	9,00	Set	11,00	Set	14,25	Set	
Out	9,50	Out	11,25	Out	14,25	Out	
Nov	10,00	Nov	11,25	Nov	14,25	Nov	
Dez	10,00	Dez	11,75	Dez	14,25	Dez	

Mês	2015	2016
	Rentabilidade	Rentabilidade
Jan	0,5882	0,6327
Fev	0,5169	0,7179
Mar	0,6302	
Abr	0,6079	
Mai	0,6159	
Jun	0,6822	
Jul	0,7317	
Ago	0,6876	
Set	0,6930	
Out	0,6799	
Nov	0,6303	
Dez	0,7261	

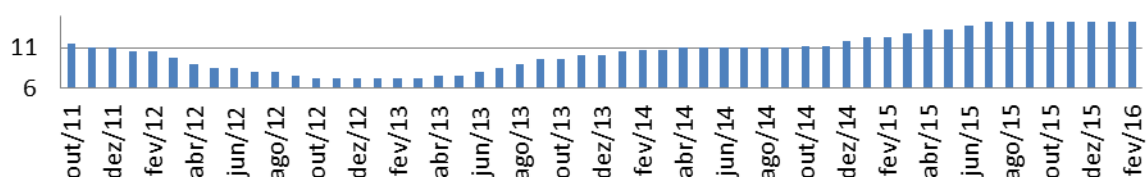
Fonte: www.bcb.gov.br – (Sistema de metas para a inflação – Copom) (Consulta em 15/03/2016)

Fonte: www.bcb.com.br (Economia e Finanças – Séries Temporais – Acesso ao Sistema de Séries

Temporais – Mercados Financeiros e de Capitais – Aplicações Financeiras – Caderneta de Poupança – Rentabilidade no Período) (Consulta: 15/03/2016)

(\*) A rentabilidade, TR+0,5% a.m., refere-se a cadernetas com aniversário no primeiro dia do mês posterior ao assinalado (maior concentração)

### EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS (SELIC) - 2011 a 2016



## 6. MERCADO DE AÇÕES

O Índice Bovespa de fevereiro de 2016 teve pequena elevação em relação ao de janeiro : de 39.390 pontos subiu para 41.025 pontos. O conjunto de dificuldades econômicas e políticas internas e externas que permitiram a crise econômica em 2015 com a intensidade verificada ajudam a explicar as dificuldades da BOVESPA. Dentre os fatores restritivos que afetaram, direta ou indiretamente o mercado acionário do Brasil cabe citar: 1) aplicadores do exterior venderam suas ações e transferiram valores aos países de origem; 2) valorização do dólar e aumento de juros pelo FED redirecionaram parte das aplicações acionárias para os EUA; 3) queda nos financiamentos conteve a lucratividade e cotação das ações de bancos; 4) procedimentos adotados pelas empresas ou contexto de crise reduziram respectivo valor de mercado; 5) vigência de políticas governamentais que desestimularam investimentos privados e levaram à contenção da economia como um todo; 6) cenário interno com deterioração de padrões éticos, morais e políticos por pessoas ou grupos com cargos/funções de relevância também criaram limitações. É de se considerar os *efeitos China*: desvalorização da moeda e contenção do PIB pelo governo chinês. O brasileiro de renda média participa pouco do mercado de ações.

Menciona-se também o redirecionamento da opção dos investidores por outras aplicações, num contexto de inflação crescente. A realidade atual desestimula aplicações imobiliárias e favorece títulos e fundos com retorno a partir de 14% ou 15% no ano. As ações não permitem retorno no curto prazo; são papéis de retorno a médio e longo prazo.

A recuperação dos EUA ocorre, induzindo a um retorno de aplicações no mercado americano e valorização do US\$-dólar. Alguns países desenvolvidos apresentam atualmente melhorias nas suas economias.

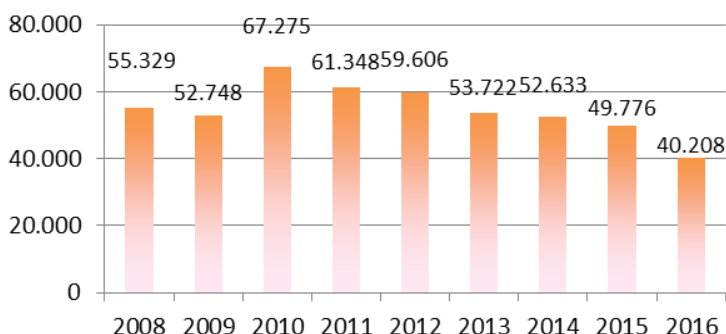
Estatais brasileiras, com destaque para a Petrobrás, não tiveram bom desempenho em 2015, da mesma forma como grupos e empresas tradicionais, contribuindo para conter o índice Bovespa.

**TABELA 17 – BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO**

Período	Índice Bovespa (Pontos) (1) (2)	Variação Percentual (%)
<b>2007</b>	<b>53.213</b>	<b>39,74</b>
<b>2008</b>	<b>55.329</b>	<b>3,98</b>
<b>2009</b>	<b>52.748</b>	<b>-4,66</b>
<b>2010</b>	<b>67.275</b>	<b>27,54</b>
<b>2011</b>	<b>61.348</b>	<b>-8,77</b>
<b>2012</b>	<b>59.606</b>	<b>-2,84</b>
<b>2013</b>	<b>53.722</b>	<b>-9,87</b>
<b>2014</b>	<b>52.632</b>	<b>-2,03</b>
<b>2015</b>	<b>49.776</b>	<b>-5,43</b>
Fev	50.131	3,64
Mar	50.405	0,55
Abr	54.496	8,12
Mai	55.808	2,41
Jun	53.483	-4,17
Jul	53.186	-0,55
Ago	47.688	-7,51
Set	46.315	-2,88
Out	47.282	2,09
Nov	47.090	-0,41
Dez	44.682	-5,11
<b>2016</b>	--	--
Jan	39.390	-11,84
Fev	41.025	2,03

Fonte: www.bovespa.com.br - (Mercado - Ações - Índices - Índice Bovespa - Estatísticas Históricas - Evolução diária) (Consulta em 15/03/2016)

**IBOVESPA - MÉDIA ANUAL**



(1) Cálculo anual com base na média de cada mês.

(2) Cálculo mensal realizado através da média diária do fechamento do pregão no mês.

## 7. RISCO PAÍS

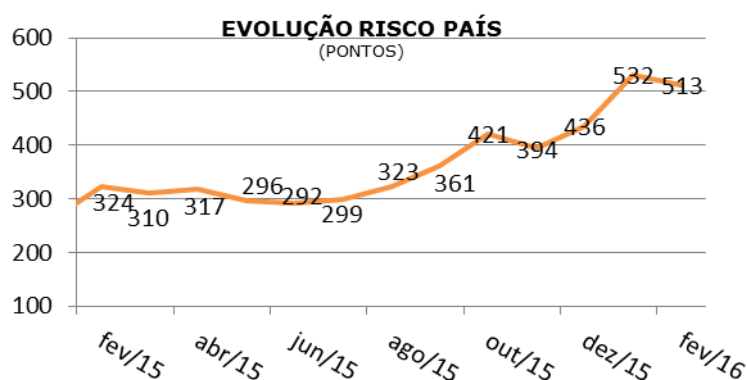
Em 2016, o risco país começou 2016 bem acima da média dos anos anteriores: atingiu 532 pontos em janeiro e 513 pontos em fevereiro, após ter chegado em dezembro a 436 pontos. O risco país demonstra ter crescido quase 20% no trimestre mencionado. O risco-país fechou 2015 quase 50% acima do valor de 2014: de 230 subiu para 336. Os valores médios de 2009 a 2012 sinalizam risco-país decrescente no período; começou a crescer em 2013- 207 pontos, até explodir em 2015 em 336 indicando alterações conjunturais que refletem um contexto de limitações na economia e inconsistências das decisões políticas do Executivo ao longo do ano. A tendência para 2016 é uma ampliação da deterioração do risco-país, considerando a queda do grau de confiança dos investidores – nacionais e do exterior em relação à economia brasileira. O contexto eleitoral de outubro de 2014 e o quadro crítico na política e na economia vivenciados em 2015, associados à má gestão pública, produziram incertezas que podem ser consideradas motivadoras da ampliação do risco. A credibilidade da economia brasileira foi afetada considerando a guinada da economia: juros em alta, dólar em elevação, balança comercial negativa, desajuste fiscal, inflação em 2015 acima da meta do Banco Central e PIB com menor crescimento desde 2010: em 2015 caiu 3,8% e para 2016 a queda deverá ser ainda maior. ; Acrescente-se também que em 2015, o risco-país cresceu tendo como componente, de forma direta e indireta, o episódio Petrobrás. Ademais, os custos políticos da corrupção e das propinas, exercem impactos extremamente danosos a toda economia.

O risco-país mostra o grau de confiança dos investidores em relação à capacidade de pagamento das dívidas de um país. Quanto menor a possibilidade de honrar suas dívidas ou menor o grau de segurança proporcionado aos investidores, maior o risco e a possibilidade de não honrar débitos, tendo que pagar juros maiores aos adquirentes de seus títulos.

Quanto maior o índice do risco-país, maior a instabilidade econômica dos países. O maior valor de risco-país do Brasil foi 2.436 pontos em setembro/2002, próximo das eleições presidenciais; o menor foi 136 pontos em janeiro/2013. É um indicador de características mais conjunturais que estruturais, vinculado às circunstâncias/ variáveis do momento da mensuração.

TABELA 18 – RISCO PAÍS

Período	Risco País (*) (pontos)	Variação (%)
<b>2009</b>	<b>306</b>	<b>8,89</b>
<b>2010</b>	<b>204</b>	<b>-33,33</b>
<b>2011</b>	<b>193</b>	<b>-10,29</b>
<b>2012</b>	<b>189</b>	<b>3,51</b>
<b>2013</b>	<b>207</b>	<b>9,41</b>
<b>2014</b>	<b>230</b>	<b>11,11</b>
Nov	237	-3,66
Dez	244	2,95
<b>2015</b>	<b>336</b>	<b>46,27</b>
Jan	264	8,20
Fev	324	22,73
Mar	310	-4,32
Abr	317	2,26
Mai	296	-6,62
Jun	292	-1,35
Jul	299	2,40
Ago	323	8,03
Set	361	11,76
Out	421	16,62
Nov	394	-6,41
Dez	436	10,66
<b>2016</b>	---	---
Jan	532	22,02
Fev	513	-3,57



(\*) Os valores mensais referem-se ao primeiro dia útil do mês.  
Fonte: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) (Consulta em 15/03/2016)

## 8. VARIAÇÃO DO DÓLAR

De acordo com o Banco Central, o dólar permaneceu no bimestre janeiro-fevereiro próximo da barreira dos R\$ 4,00 no paralelo. Desde agosto de 2012, o dólar assumiu uma gradativa valorização, que se supunha inicialmente, permitisse elevar exportações. No 4.º trimestre de 2015 e 1.º trimestre de 2016, a cotação cambial ajudou a elevar o saldo da balança comercial, mais por conta da queda nas importações. Desde 2008, ano da crise econômica nos EUA, que se estendeu à Europa, verifica-se no Brasil uma queda gradativa ano a ano, da balança comercial. Em 2014, o saldo comercial foi negativo; em 2015, a balança comercial foi positiva, estimulada pelo dólar, mas em valores limitados em função da predominância de produtos exportados

De forma mais imediata, desde março de 2015, quando o dólar superou os R\$ 3,00, tem-se dentre os principais motivos, além da debilidade política, as sucessivas derrotas do poder Executivo em questões de cunho econômico-fiscal decididas pelo Legislativo Federal. A recuperação da economia dos EUA e a valorização do dólar no mercado mundial também contribuíram.

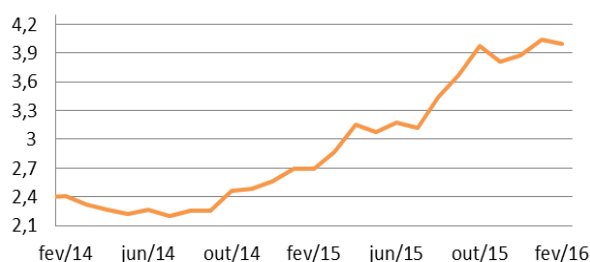
A melhora na economia americana foi a grande motivação para a valorização do US\$ em 2015, estimulado também por outras alterações externas (melhora em outras economias desenvolvidas). Mas ao Brasil cabe culpa quando se avalia repercussões recentes dos desvios éticos e políticos.

A cotação atual do US\$ favorece exportações. O acréscimo das importações brasileiras de petróleo compromete a balança comercial. O dólar valorizado pressiona preços internos, mas o que se verifica atualmente é queda nas importações devido a grande desvalorização do R\$-real. O Brasil já chegou a ter 25% aproximadamente de importados no conjunto da demanda interna.

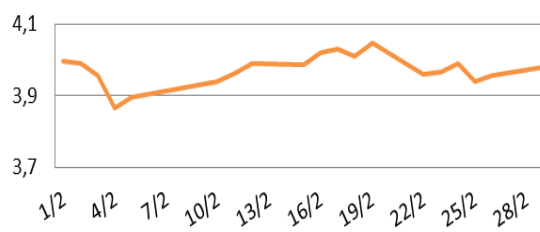
A atual cotação do dólar produz efeitos sobre o turismo; viagens e gastos de brasileiros no exterior caíram bastante. Os custos da estadia no Brasil para os turistas do exterior se reduziram: o Brasil tornou-se um país *mais barato* para o turista do exterior.

TABELA 19 – VARIAÇÃO DO DÓLAR (*)						
Período	2011 (R\$)	2012 (R\$)	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)	2016 (R\$)
Jan	1,6502	1,8676	2,0415	2,3969	2,6923	4,0380
Fev	1,6604	1,7370	1,9838	2,4084	2,6888	3,9979
Mar	1,6640	1,7146	1,9843	2,3234	2,8649	
Abr	1,6186	1,8308	2,0180	2,2614	3,1549	
Mai	1,5739	1,9143	2,0089	2,2215	3,0748	
Jun	1,5870	2,0344	2,1349	2,2634	3,1783	
Jul	1,5591	1,9887	2,2292	2,2048	3,1185	
Ago	1,5543	2,0426	2,2908	2,2600	3,4419	
Set	1,6032	2,0329	2,3637	2,2515	3,6719	
Out	1,8804	2,0254	2,2118	2,4617	3,9788	
Nov	1,7499	2,0306	2,2462	2,4833	3,8120	
Dez	1,7922	2,1115	2,3443	2,5618	3,8739	

Evolução do Dólar - 2014 a 2016



Evolução do Dólar- Fevereiro 2016



Fonte: www.bc.gov.br – (Câmbio e Capitais Internacionais – Taxas de câmbio – Cotações e boletins) (Consulta em 15/03/2016)

(\*) Cotações com base no valor de compra do dólar no primeiro dia útil do mês, conforme Banco Central



## II. ATIVIDADE EMPRESARIAL

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

### 9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ

#### 9.1. DESEMPENHO EM JANEIRO DE 2015

##### 1. INTRODUÇÃO

As vendas em janeiro de 2016 no Paraná, refletem as limitações do contexto econômico, e político vivenciadas no País. As tendências restritivas sobre o varejo, conforme resultados da pesquisa da FECOMERCIO-PR, foram mantidas e podem ser identificadas nos três indicadores de referencia: a) em relação ao mês anterior; b) ao mesmo mês do ano anterior ; e c) no acumulado do ano. Esses resultados estiveram condicionados pela conjuntura econômica recessiva da economia brasileira, da qual não há como isolar o Paraná. Verifica-se ampliação do cenário de dificuldades e limitações que elevam restrições sobre o varejo. As vendas em janeiro no Estado comparadas ao mês anterior caíram 19,21%; quando comparadas ao mesmo mês do ano anterior verifica-se redução de 16,27%; no acumulado do ano o resultado aponta queda de 16,27%.

Dias úteis de abertura e funcionamento do comércio			
2016/2015	Janeiro: 25	Dezembro: 25	Novembro: 24
2015/2014	Janeiro: 26	Dezembro: 22	Novembro: 23
2014/2013	Janeiro: 26	Dezembro: 25	Novembro: 23

Dezembro 2015 – dia 26, sábado, foi considerado extensão do dia 25;

##### 2. NÚMEROS

Uma síntese das vendas de Dezembro consta a seguir.

TABELA 20 – VARIÇÃO DAS VENDAS EM JANEIRO DE 2016

Varição das Vendas: JANEIRO 2016 em relação a	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
1. Mês anterior	-23,57	-8,78	-28,07	-12,97	-17,27	-18,02	-19,21
2. Mesmo mês ano anterior	-20,23	-20,32	-9,79	1,26	-7,78	-10,48	-16,27
3. Acumuladas no ano	-20,23	-20,32	-9,79	1,26	-7,78	-10,48	-16,27

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-Pr

#### 3. DESTAQUES NO PARANÁ EM JANEIRO DE 2016:

##### 3.1 Maiores crescimentos percentuais de vendas (faturamento) no Paraná:

Sobre Mês Anterior (%)		Sobre mesmo mês de 2015 (%)		Acumulado Do Ano (Jan-Jan- 2016) (%)	
1. Auto Peças	15,12	1. Vestuário E Tecidos	3,24	1. Vestuário E Tecidos	3,24
2. Mat. De Construção	8,22	2. Mat. De Construção	1,76	2. Mat. De Construção	1,76
3. Liv. E Papelaria	-3,99	3. Supermercados	-0,27	3. Supermercados	-0,27
4. Combustíveis	-4,59	4. Farmácias	-2,88	4. Farmácias	-2,88
5. Farmácias	-11,92	5. Calçados	-4,80	5. Calçados	-4,80

##### II.2 Menores crescimentos percentuais de vendas (faturamento) no Paraná:

Sobre Mês Anterior (%)		Sobre mesmo mês de 2015 (%)		Acumulado Do Ano (Jan-Jan- 2016) (%)	
1. Calçados	-65,47	1. Moveis, Dec. E Útil. Dom.	-30,81	1. Moveis Dec. E Útil. Dom.	-30,81
2. Vestuário E Tecidos	-57,30	2. Concessionárias De Veículos	-29,92	2. Concessionárias De Veículos	-29,92
3. Lojas De Departamentos	-37,56	3. Lojas De Departamentos	-28,64	3. Lojas De Departamentos	-28,64
4. Moveis Dec. E Útil. Dom.	-37,35	4. Auto Peças	-26,98	4. Auto Peças	-26,98
5. Supermercados	-18,30	5. Combustíveis	-20,58	5. Combustíveis	-20,58

##### II.3 Polos pesquisados e Ramos de maior e menor crescimento em 2016(acumulado Jan-Jan 2016)

Ramos de:	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
<b>Maior crescimento</b>	<b>Calçados</b> 12,85	<b>Farmácias</b> -0,63	<b>Vestuário E Tecidos</b> 12,21	<b>Vestuário E Tecidos</b> 29,89	<b>Óticas, Cine-Foto-Som</b> 34,07	<b>Óticas, Cine-Foto-Som</b> 13,46
<b>Menor crescimento</b>	<b>Lojas De Departamentos</b> -37,67	<b>Concessionárias De Veículos</b> -51,00	<b>Concessionárias De Veículos</b> -38,54	<b>Concessionárias De Veículos</b> -26,90	<b>Concessionárias De Veículos</b> -45,27	<b>Lojas De Departamentos</b> -36,73

**9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ****4. O DESEMPENHO DO VAREJO DO PARANÁ EM 2015**

Alguns dos indicadores das vendas merecem ser comentados:

- A) Os ramos de vestuário, tecidos e calçados apresentaram quedas significativas, provavelmente porque o consumidor optou por adiar compras, ou teve satisfeitas suas necessidades relativas aos produtos desses ramos no final do ano anterior, ou ainda pelo esgotamento do poder de compra e queda na renda e massa de salários;
- B) O ramo de autopeças teve bom crescimento no Estado, motivado pelos crescimentos expressivos em Londrina e Maringá. Cabe destacar que o ramo de autopeças também atua em conjunto com prestação de serviços;
- C) Há indicadores atuais que já antecipam uma queda no desempenho de livrarias e papelarias no primeiro trimestre de 2016 em relação ao verificado em 2015. Considerando que este segmento tem como principal componente a demanda sazonalizada e concentrada no início do ano letivo, as perspectivas desse segmento se tornam mais limitadas para o ano corrente.
- D) Houve reduções consistentes no desempenho dos ramos de moveis e concessionárias de veículos. No caso de móveis, por se tratarem de produtos de consumo adiável, suas vendas caem ,
- E) As tradicionais liquidações e queimas de estoques do período pós-natalino e também em janeiro, com preços menores não produziram, no Paraná, os efeitos esperados e/ou desejados pelas lojas. Simplesmente porque a renda disponível do consumidor não permitiu a ele assumir novas dívidas e financiamentos.
- F) Há uma debilidade em relação a novos investimentos ou investimentos adicionais. Os empresários diante das incertezas predominantes e do ambiente recessivo estão adiando investimentos ou simplesmente cancelando inversões programadas anteriormente. Na verdade, o juízo dos empresários vai no sentido de que para 2016 a situação da economia e do mercado não irá melhorar o suficiente para justificar inversões novas ou adicionais;
- G) Uma outra realidade decorrente do quadro econômico atual é o cenário recessivo, que ao frear o desempenho da economia poderá até atuar como fator de contenção nas elevações de preços de alguns produtos ou mesmo ramos de atividade. No entanto, o grau de intensidade recessiva poderá levar a um contexto de estagnação, decorrente e muito associado à elevação do desemprego e redução na criação de novas oportunidades de trabalho, queda da massa de salários, contenção da renda média da população, insuficiência do poder de compra, queda no PIB e mais ainda: a incerteza em relação ao que poderá vir a afetar no futuro o desempenho da economia.

<b>I. CURITIBA</b>	<b>II. LONDRINA</b>	<b>III. MARINGÁ</b>	<b>IV. OESTE</b>	<b>V. PTA GROSSA</b>	<b>VI. SUDOESTE</b>	<b>VII. LITORAL</b>
Mais Região Metropolitana		Mais Sarandi	Cascavel, Toledo, Mal. C. Rondon, Foz do Iguaçu		Pato Branco, Fco. Beltrão	Paranaguá, Matinhos, Guaratuba



## Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

## 9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ

TABELA 21 – VENDAS EM JANEIRO DE 2016 COMPARADAS AO MÊS ANTERIOR (DEZEMBRO DE 2015)

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	-12,34	-17,27	-8,34	-31,21	-28,09	-24,25
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	-41,16	-32,01	-16,71	-18,56	-33,75	-40,84
3. Autopeças e Acessórios	-6,76	42,66	0,05	-1,46	26,65	12,03
4. Materiais de Construção	2,84	13,72	-7,30	12,86	1,39	-16,03
5. Lojas de Departamentos	-46,90	-20,25	-37,32	-37,93	-43,46	-14,06
6. Supermercados	-17,95	-15,16	-21,14	-18,15	-18,34	-22,41

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-Pr

TABELA 22 – VENDAS EM JANEIRO DE 2016 COMPARADAS AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR (JANEIRO DE 2015)

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	-15,84	-51,00	-38,54	-26,9	-45,27	-13,28
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	-35,27	-29,33	-28,50	1,31	-18,55	-6,28
3. Autopeças e Acessórios	-36,05	-30,71	-10,74	-0,68	-0,57	0,07
4. Materiais de Construção	-8,70	-1,49	6,19	27,22	-7,14	-17,79
5. Lojas de Departamentos	-37,67	-15,98	-30,26	-25,94	-20,03	-36,73
6. Supermercados	0,78	-2,79	-11,75	7,65	-0,12	-0,35

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-Pr

TABELA 23 – VENDAS ACUMULADAS NO ANO DE 2016 (Jan-Jan) COMPARADAS A (Jan-Jan) DE 2015

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	-15,84	-51,00	-38,54	-26,90	-45,27	-13,28
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	-35,27	-29,33	-28,50	1,31	-18,55	-6,28
3. Autopeças e Acessórios	-36,05	-30,71	-10,74	-0,68	-0,57	0,07
4. Materiais de Construção	-8,70	-1,49	6,19	27,22	-7,14	-17,79
5. Lojas de Departamentos	-37,67	-15,98	-30,26	-25,94	-20,03	-36,73
6. Supermercados	0,78	-2,79	-11,75	7,65	-0,12	-0,35

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-Pr

TABELA 24 – VENDAS NOS PÓLOS DE COMÉRCIO PESQUISADOS PELA FECOMÉRCIO-PR  
(Variação em Relação ao Mês Anterior)

Período	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
Ago	-1,41	-0,60	-2,13	-3,56	8,85	-8,91	-1,42
Set	-0,10	-3,49	-5,15	3,19	0,77	-5,10	-0,85
Out	7,55	7,01	5,86	5,48	4,00	6,72	7,01
Nov	-1,21	-2,77	-1,82	5,7	-2,12	3,51	-0,74
Dez	6,88	16,82	31,24	-2,86	12,65	12,64	9,79
<b>2015</b>	--	--	--	--	--	--	--
Jan	-12,43	-19,22	-24,02	-18,10	4,47	-21,37	-15,56
Fev	-11,06	-17,58	-11,87	-4,21	-9,17	-9,84	-11,74
Mar	19,01	14,92	13,95	14,97	1,27	23,29	17,09
Abr	-	-	-	-	-	-	-
Mai	3,11	2,70	6,66	2,27	1,31	-4,37	3,17
Jun	-5,08	-6,19	-1,81	-7,17	-4,23	2,30	-5,18
Jul	1,86	-0,93	0,71	2,36	3,14	-0,85	1,19
Ago	-0,10	-3,95	1,43	0,08	0,05	8,97	-0,78
Set	-3,91	7,42	-3,14	10,94	-2,39	-12,25	0,67
Out	5,13	-5,62	3,29	5,01	5,81	22,46	2,46
Nov	0,65	-6,77	-0,92	-3,92	-3,57	-17,34	-2,27
Dez	18,42	16,92	28,10	17,34	26,62	23,64	19,36
<b>2016</b>	--	--	--	--	--	--	--
Jan	-23,57	-8,78	-28,07	-12,97	-17,27	-18,02	-19,21

(Variação Acumulada no Ano)

Jan - Jan/16 Sobre Jan - Jan/15	-20,23	-20,32	-9,79	1,26	-7,78	-10,48	-16,27
---------------------------------	--------	--------	-------	------	-------	--------	--------

Fonte: Pesquisa Conjuntural do Comércio da Fecomércio-PR (Consulta em 10/03/2016)

## 10. ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ

Considerando o período iniciado em 2007, o ano o que apresentou o menor número de empresas abertas no Paraná foi 2014, desempenho baixo que demonstra a contenção da atividade econômica no Estado, como reflexo do quadro restritivo no Brasil, decorrente de um somatório de mudanças conjunturais e limitações surgidas que se intensificaram em 2014. Para 2015, a tendência é, de acordo com os dados disponíveis até maio, um número menor de empresas abertas no Estado, num ambiente de agravamento da crise econômica, com componentes políticos também negativos..

No período 2008-2013, motivado por fatores de estímulo ao empreendedorismo mais os incentivos e facilidades para as franquias, verificou-se uma abertura de empresas no Paraná significativa. Muitas empresas surgiram na sequência da valorização e importância do empreendedorismo, e o acesso às informações sobre o tema. Por trás disso, como pano de fundo, se destacava um mercado crescente, especialmente no ramo de alimentos e franquias.

Nos meses de dezembro, o número de empresas abertas tem sido o menor em cada ano. É uma característica do período, fase em que as programações dos empresários visam mais o ano novo. No final do ano, surgem indicativos das intenções do governo para o ano seguinte e possíveis alterações nas políticas econômicas. Dentre as empresas abertas, predominam micros e pequenas.

Por outro lado, verifica-se atualmente, no contexto de crise econômica interna, um crescimento do número de lojas que estão sendo fechadas, devido dificuldades econômicas.

Os fatores de estímulo ao surgimento de novas empresas atualmente no comércio paranaense, enfrentam mecanismos restritivos para conter a inflação: juros maiores; valorização do dólar; PIB em queda; acúmulo de estoques em vários ramos da indústria de transformação; menores vendas do comércio que é a derradeira etapa da cadeia produtiva. O ano de 2015 começa com a extinção instrumentos de aquecimento: IPI para automóveis; linhas de financiamento; maior *spread bancário*; redução de obras públicas.

**TABELA 25 – ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ**  
(Conforme Natureza Jurídica)

Período	Empresário (1)	EIRELI (2)	Soc. Empresária (3)	S/A	Cooperativa	Outros	TOTAL
<b>2006</b>	<b>16.569</b>	<b>0</b>	<b>26.459</b>	<b>840</b>	<b>148</b>	<b>42</b>	<b>44.058</b>
<b>2007</b>	<b>17.888</b>	<b>0</b>	<b>29.033</b>	<b>610</b>	<b>150</b>	<b>35</b>	<b>47.716</b>
<b>2008</b>	<b>18.904</b>	<b>0</b>	<b>33.002</b>	<b>956</b>	<b>170</b>	<b>55</b>	<b>53.087</b>
<b>2009</b>	<b>21.672</b>	<b>0</b>	<b>33.327</b>	<b>776</b>	<b>202</b>	<b>46</b>	<b>56.023</b>
<b>2010</b>	<b>20.843</b>	<b>0</b>	<b>32.988</b>	<b>752</b>	<b>280</b>	<b>91</b>	<b>54.954</b>
<b>2011</b>	<b>21.927</b>	<b>0</b>	<b>33.074</b>	<b>1.049</b>	<b>195</b>	<b>80</b>	<b>56.325</b>
<b>2012</b>	<b>19.348</b>	<b>2.392</b>	<b>28.774</b>	<b>901</b>	<b>186</b>	<b>142</b>	<b>51.743</b>
<b>2013</b>	<b>19.109</b>	<b>3.864</b>	<b>28.431</b>	<b>758</b>	<b>186</b>	<b>79</b>	<b>52.436</b>
<b>2014</b>	<b>16.056</b>	<b>4.836</b>	<b>23.901</b>	<b>653</b>	<b>195</b>	<b>69</b>	<b>45.721</b>
Abr	1.307	367	2.007	59	16	7	3.764
Mai	1.517	411	2.138	52	21	8	4.135
Jun	1.353	385	1.968	60	12	6	3.791
Jul	1.472	484	2.231	53	18	5	4.259
Ago	1.432	360	2.068	65	31	8	3.953
Set	1.410	499	2.077	73	12	6	4.087
Out	1.361	487	2.085	59	20	7	4.013
Nov	1.200	413	1.760	44	24	3	3.436
Dez	826	342	1.453	43	15	0	2.689
<b>2015*</b>	<b>6.527</b>	<b>2.058</b>	<b>8.743</b>	<b>350</b>	<b>79</b>	<b>19</b>	<b>17.779</b>
Jan	1.101	362	1.461	37	23	3	2.987
Fev	1.249	401	1.714	104	10	0	3.481
Mar	1.765	539	2.362	77	19	9	4.771
Abr	1.280	432	1.805	69	18	4	3.608
Mai	1.132	324	1.401	63	9	3	2.932

Fonte: [www.jucepar.pr.gov.br](http://www.jucepar.pr.gov.br) – (Relatório estatístico – Novas empresas) (Consulta em 10/03/2016)

(1) Empresário corresponde a antiga firma individual (sem sócios)

(2) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

(3) Sociedade Empresária relaciona-se a um grupo empresarial.

(\*) Soma dos valores de janeiro até maio de 2015

(\*\*) Dados mais recentes disponíveis: maio de 2015.

## 11. FALÊNCIAS DECRETADAS NO BRASIL

Em janeiro de 2016, o indicador de falência atingiu 35; em fevereiro, subiu para 50. Em 2015, o índice de falências no Brasil cresceu mais de 10% comparado ao ano anterior: de 62 (2014) foi para 69 (2015). Esses números refletem a tendência de instabilidade da economia, indicativo de dificuldades crescentes e cumulativas, onde as providências adotadas por empresários e consumidores em um cenário de crise econômica, não foram suficientes para a estabilização de indicador tão importante. O índice de falências decretadas também reflete características e heterogeneidades regionais ou setoriais que influenciam o desempenho de agentes econômicos. Representa indicativo importante sobre o sucesso ou não das políticas econômicas, e pode apontar para a conveniência de mudanças e adequação às diversidades do espaço geoeconômico brasileiro. Há que se considerar também que o comércio vem adotando precauções e procedimentos mais seletivos no processo de vendas, visando reduzir inadimplências. Até 2014, as políticas econômicas adotadas para incentivo ao consumo, endividaram mais o consumidor, esgotando seu poder de compra e comprometendo sua capacidade de pagamento.

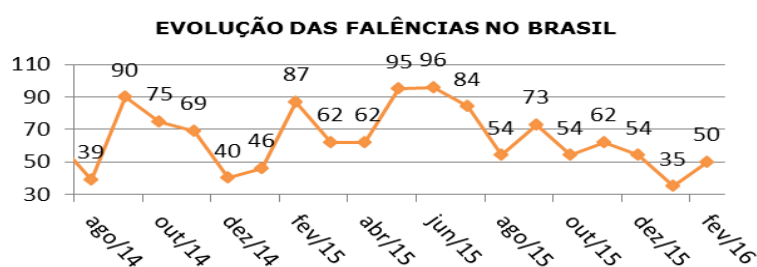
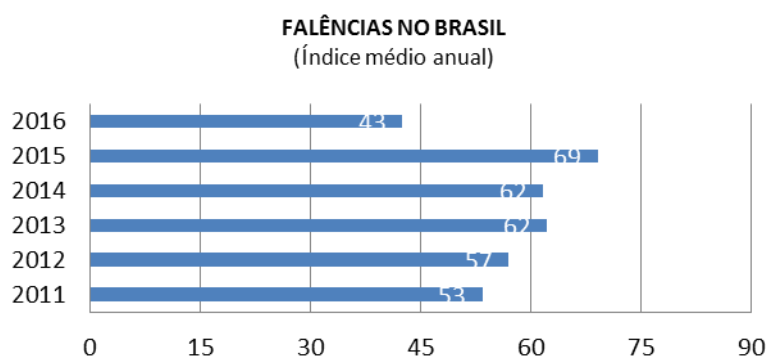
A considerar também a possibilidade de deficiência ou má gestão dos negócios pelos responsáveis das empresas: 2014 já havia sido muito difícil, a habilidade dos empresários na condução dos respectivos negócios foi requerida ao máximo. Mas é inegável que 2015 teve limitações muito maiores ao sistema produtivo, se comparado a fatos anteriores desde 2010. Ainda: o quadro político-econômico atual muito crítico poderá elevar o índice de falência no ano.

Os juros elevados e a inflação crescente restringem a demanda. O consumo privado teve outra limitação: a deficiência no desempenho da indústria de transformação gerou um efeito multiplicador negativo que contém não só as vendas do comércio mas também o PIB do País.

Um fator sazonal a destacar é a queda de falências em novembro-dezembro, comparada aos outros meses, pelas características do aquecimento das vendas no período e utilização do 13.º salário pelo consumidor para regularizar dívidas e compromissos financeiros com credores.

Os aumentos em tributação, energia elétrica, água e saneamento, taxa de câmbio, inflação, queda na renda disponível, afora outros, entram no contexto das dificuldades de 2015.

TABELA 26 – FALÊNCIAS NO BRASIL	
Período	Índice
2009	76
2010	61
2011	53
2012	57
2013	62
2014	62
2015	69
Jan	46
Fev	87
Mar	62
Abr	62
Mai	95
Jun	96
Jul	84
Ago	54
Set	73
Out	54
Nov	62
Dez	54
2016	-
Jan	35
Fev	50



**12. CRÉDITO: DEMANDA E INADIMPLÊNCIA****12.1. Demanda de Crédito**

O ano começa com o mês de janeiro superando 120 pontos. Em fevereiro, caiu para 117,7. Representa uma queda na demanda de crédito pelo consumidor devido o esgotamento de sua capacidade de endividamento, do seu poder de compra e o receio do desemprego, associados às incertezas em relação ao desempenho futuro da economia e ao ambiente político. As taxas de juros vigentes para as vendas financiadas ou no cartão de crédito superam o histórico dos níveis anteriores.

O desemprego crescente poderá requerer linhas adicionais de crédito ou renegociações de dívidas.

**TABELA 27 – INDICADOR SERASA EXPERIAN DE DEMANDA DO CONSUMIDOR POR CRÉDITO (MÉDIA DE 2008 = 100)**

Ano: 2015/2016	Região					Renda Pessoal Mensal						Total
	CO	N	NE	S	SE	até R\$ 500	R\$ 500 a R\$ 1.000	R\$ 1.000 a R\$ 2.000	R\$ 2.000 a R\$ 5.000	R\$ 5.000 a R\$ 10.000	mais de R\$ 10.000	
Fev/15	118,7	130,7	126,0	101,7	105,5	129,2	111,2	107,6	105,6	107,5	108,6	110,4
Mar/15	134,2	149,7	148,6	119,3	122,0	150,9	129,9	124,4	121,7	123,4	124,6	128,1
Abr/15	118,6	131,2	129,9	105,1	107,0	132,7	114,0	109,1	106,8	108,3	109,4	112,5
Mai/15	127,3	146,7	133,8	116,4	122,3	143,7	125,8	121,7	119,3	121,1	122,3	124,6
Jun/15	124,4	141,9	131,0	116,1	118,6	139,8	122,6	119,0	116,8	118,4	119,9	121,7
Jul/15	136,1	153,2	141,9	126,6	128,4	151,7	133,7	128,9	126,2	127,6	129,6	132,1
Ago/15	133,5	147,1	141,3	125,7	125,4	148,5	131,2	126,7	123,9	125,7	126,8	129,7
Set/15	124,3	142,6	138,4	116,2	122,0	142,9	125,9	121,8	119,6	121,2	122,5	124,7
Out/15	124,3	138,4	127,6	112,2	121,5	139,1	122,6	119,1	117,2	118,9	120,1	121,8
Nov/15	124,8	139,2	138,4	114,0	117,6	139,9	123,0	119,1	117,0	118,6	119,3	121,9
Dez/15	124,6	139,2	131,9	117,0	117,0	139,1	122,3	118,3	116,1	117,5	118,0	121,1
Jan/16	126,4	137,0	131,7	112,9	117,0	134,8	121,5	118,0	115,8	117,4	117,6	120,3
Fev/16	123,6	129,6	124,7	113,3	115,1	131,7	118,2	115,7	114,2	116,1	116,6	117,7

Fonte: www.serasa.com.br – (Índices Econômicos – Demanda do Consumidor por Crédito) (Consulta em 11/03/2016)

**12.2. Inadimplência**

Inadimplente é considerado o comprador que atrasa o pagamento em mais de 90 dias. Os índices de inadimplência de 2015 cresceram bastante em relação aos números de 2014, este um ano em que o menor índice foi 143. O valor médio do índice a partir de dezembro-2014, acima de 168 pontos/mês prevalece em 2015, influenciado em grande parte pelo esgotamento do poder de compra, queda na renda do consumidor ou planejamento inadequado. Alguns fatos novos impedem ou adiam a regularização, especialmente no quadro recessivo vigente. A elevação da inadimplência indica esgotamento do poder de compra do consumidor, vinculado a financiamentos que comprometem sua capacidade de pagamento. Em 2015, o crescimento da inadimplência preocupa pois compromete compras futuras dos consumidores e as vendas do comércio. Importante ao varejo é abrir possibilidade de renegociação de dívidas, com juros menores ou ampliação dos prazos.

**TABELA 28 – INDICADOR SERASA EXPERIAN DE INADIMPLÊNCIA – PESSOA FÍSICA SEM AJUSTE SAZONAL - (MÉDIA DE 2009 = 100)**

Ano: 2014/2015	PEFIN (1)	REFIN (2)	Protestos	CCF (3)	Geral
Ago/14	274,1	134,7	83,5	48,4	160,2
Set/14	265,5	135,8	97,5	48,7	158,9
Out/14	255,8	136,5	107,6	50,7	157,4
Nov/14	247,9	138,7	125,7	44,7	155,5
Dez/14	259,9	143,2	142,7	51,4	163,1
Jan/15	286,9	143,6	286,9	143,6	169,8
Fev/15	291,4	140,0	112,8	44,7	168,4
Mar/15	284,8	137,8	141,0	55,9	168,7
Abr/15	277,3	149,1	120,1	49,9	171,7
Mai/15	291,0	157,3	128,4	48,9	180,0
Jun/15	320,7	161,2	134,5	48,3	190,6
Jul/15	332,0	157,6	135,4	48,3	191,7
Ago/15	340,8	145,9	131,3	45,7	187,0

**TABELA 28.A - INDICADOR DE CHEQUES SEM FUNDOS/CHEQUES COMPENSADOS %**

Período	Índice
Mar/15	7,18
Abr/15	7,02
Mai/15	6,99
Jun/15	6,82
Jul/15	7,00
Ago/15	6,77
Set/15	7,23
Out/15	7,54
Nov/15	7,49
Dez/15	6,86
Jan/16	7,58
Fev/16	7,54

Tabela 28 - Fonte: www.serasa.com.br – (Índices Econômicos – Inadimplência do Consumidor) (Consulta em 11/03/2016)

Tabela 28.A - www.bcb.gov.br (indicadores de conjuntura - indicadores econômicos - indicadores de inadimplência) (Consulta em 07/04/2016)

- (1) Fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras.
- (2) Fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto aos bancos.
- (3) Fluxo mensal de cheques devolvidos por insuficiência de fundos (2º. devolução).

(\*) Dados de 2015 disponíveis até agosto.

**13. NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA INSTALADA-NUCI NA INDÚSTRIA**

Em, janeiro, o valor do NUCI foi 74,4%, menor que os indicadores mensais de 2015. Ou seja, uma redução gradual e sequencial da utilização da capacidade produtiva instalada da Indústria em todos os meses de 2015 e 2016. É uma fato que contribuiu para elevar a ociosidade da indústria, de acordo com a CNI, no período, fazendo com mais de ¼ da capacidade de produção da indústria não fosse viabilizada.

A combinação entre queda na utilização da capacidade produtiva e maior ociosidade surge em um contexto de redução do poder de compra, de maior comprometimento da renda da população, contenção da massa de salários, ampliação do desemprego, elevação da inflação, queda da demanda agregada e do consumo das famílias os quais, acumulados, comprometem a indústria de transformação brasileira. O dólar próximo a R\$ 4,00 afeta insumos industriais importados. A economia brasileira apresenta desde 2014 queda gradativa da velocidade de crescimento do consumo das famílias. O mercado externo após 2008 não tem apresentado a mesma dinâmica de anos anteriores (período 2004-2007), e daí prejudica a balança comercial brasileira. Exportações industriais requerem o "fechamento" prévio de contratos para novos negócios, o que não ocorre de imediato e o País tem pouca participação nas exportações de produtos de alta tecnologia e média tecnologia.

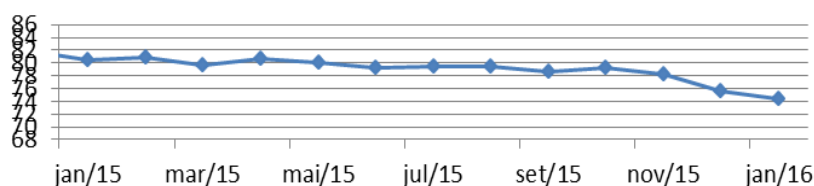
De forma tradicional e considerando um efeito sazonal típico, o NUCI do último bimestre de um ano mais o do 1.º mês do ano (período de 3 meses) sinalizam queda no uso da capacidade produtiva e maior ociosidade. Ou seja, para atender a demanda maior de dezembro a indústria eleva produção entre agosto a outubro e diminui em dezembro. O mês de janeiro é quando a indústria ainda está planejando a atuação para o restante do ano. O NUCI maior revela aumentos em emprego, salários, PIB, exportações, e outros.

A redução da ociosidade da capacidade instalada representa uma associação de expansão da demanda, aumento do poder de compra e maior receita tributária para o setor público, a ser revertida na forma de bens e serviços públicos adicionais.

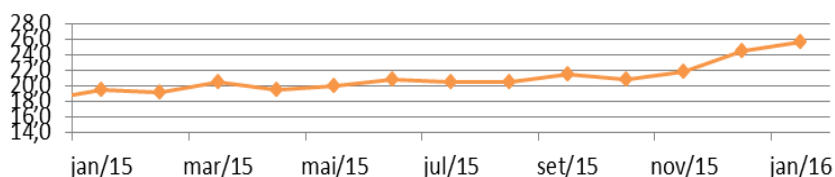
**TABELA 29 – Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria (\*)**

Período	NUCI (%)	Ociosidade (%)
<b>2007</b>	<b>85,1</b>	<b>14,9</b>
<b>2008</b>	<b>85,2</b>	<b>14,8</b>
<b>2009</b>	<b>80,2</b>	<b>19,8</b>
<b>2010</b>	<b>84,7</b>	<b>15,3</b>
<b>2011</b>	<b>84,0</b>	<b>16,0</b>
<b>2012</b>	<b>83,9</b>	<b>16,1</b>
<b>2013</b>	<b>84,3</b>	<b>15,7</b>
<b>2014</b>	<b>83,4</b>	<b>16,6</b>
<b>2015</b>	<b>79,28</b>	<b>20,72</b>
Jan	80,5	19,5
Fev	80,8	19,2
Mar	79,6	20,4
Abr	80,6	19,4
Mai	80,2	19,8
Jun	79,3	20,7
Jul	79,5	20,5
Ago	78,3	21,7
Set	78,4	21,6
Out	79,2	20,8
Nov	78,3	21,7
Dez	75,5	24,5
<b>2016</b>	--	--
Jan	74,4	25,6

**NUCI NO BRASIL**



**Ociosidade**



Fonte: [www.portaldaindustria.com.br](http://www.portaldaindustria.com.br) - (Estatísticas- Séries históricas) (Consulta 11/03/2016) (\*) Cálculo anual com base na média mensal do período.

(\*\*) Últimos Dados disponíveis em 11/03/2016: até Janeiro 2016



## III. SETOR PÚBLICO

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

### 14. ARRECAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

A arrecadação federal em janeiro e em fevereiro de 2016 está abaixo do verificado nos mesmos meses do ano anterior, com valores atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2016. Os números de 2015, deflacionados, mais o de janeiro/fevereiro de 2016, refletem um comportamento vinculado à redução do desempenho da economia, num contexto de contenção no PIB, maior desemprego, setor industrial com dificuldades, comércio vendendo menos e poder de compra da população em queda. A redução das vendas da indústria automotiva, da linha branca e dos móveis, contribuíram bastante para a contenção, tudo no contexto recessivo em curso na economia brasileira.

Outros fatores conjunturais imediatos justificam em 2015 e 2016 a queda na arrecadação do governo, vinculada à contenção do ritmo da economia. Um novo cenário na arrecadação dependeria das políticas econômicas a serem adotadas. No entanto, a deterioração econômica e política atualmente vigente, num contexto de elevada e inédita corrupção, não abrem perspectivas para uma melhora em 2016. Um grande problema a ser vivenciado em 2016 é uma queda no PIB maior que a verificada em 2015.

Fatos sazonais ocorrem tradicionalmente na receita do governo: no último trimestre do ano há expansão na receita, associada ao aquecimento de vendas do período; janeiro, tradicionalmente, é o mês de maior arrecadação federal, devido o recolhimento referente ao mês anterior, que é o de maiores vendas do ano; fevereiro e março são meses de menores arrecadações.

Os produtos de alta e média tecnologia, grandes geradores de impostos, com reduzida presença na produção brasileira, tem pequena participação no "bolo" da arrecadação.

A arrecadação sobre pessoas físicas e jurídicas se dá nos três níveis: Federal, Estadual e Municipal na forma de: a) impostos; b) taxas; c) contribuições; d) transferências; e) aluguéis; f) previdência social <sup>(1)</sup>; g) outras receitas: multas, vendas de imóveis públicos, etc. Destina-se a custear programas e políticas públicas, a máquina pública e pagamento da dívida pública.

**TABELA 30 – EVOLUÇÃO DA ARRECAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL (2) (Em R\$ Milhões)**

Período	Valor a Preços Correntes	Valor a Preços de Fev/2016 (IPCA)	Variação %
<b>2011</b>	<b>969.892</b>	<b>1.239.299</b>	<b>27,78</b>
<b>2012</b>	<b>1.029.260</b>	<b>1.248.030</b>	<b>21,26</b>
<b>2013</b>	<b>1.138.326</b>	<b>1.299.576</b>	<b>14,17</b>
<b>2014</b>	<b>1.187.943</b>	<b>1.275.732</b>	<b>7,39</b>
Nov	104.470	110.094	5,38
Dez	114.748	119.981	4,56
<b>2015</b>	<b>1.221.546</b>	<b>1.302.133</b>	<b>6,60</b>
Jan	125.282	137.595	9,83
Fev	89.982	96.015	6,70
Mar	94.112	109.758	16,62
Abr	109.241	122.647	12,27
Mai	91.500	102.869	12,43
Jun	97.091	106.922	10,13
Jul	104.868	115.441	10,08
Ago	93.738	100.757	7,49
Set	95.239	101.668	6,75
Out	103.530	116.968	12,98
Nov	95.461	107.524	12,64
Dez	121.502	131.582	8,30
<b>2016</b>	<b>217.236</b>	<b>218.400</b>	<b>0,54</b>
Jan	129.385	130.549	0,90
Fev	87.851	87.851	0,00

**TABELA 30.1 – ARRECAÇÃO FEDERAL SEGMENTADA POR TIPO DE TRIBUTO (a preços de Fev/16 – IPCA) Fev/2016 (R\$ milhões)**

Imposto sobre importação	2.700
IPI Total	3.225
IR Total	20.040
IR Pessoa Física	894
IR Pessoa Jurídica	6.400
IR Retido na Fonte	12.746
IOF	2.651
COFINS	15.800
PIS / PASEP	4.394
CSLL	3.940
Cide – Combustíveis	461
Outras Receitas	1.767
Receita Previdenciária	29.455
Receita Administrada por Outros Órgãos	1.188
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>87.851</b>

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br (Consulta em 21/03/2016)

**TABELA 31 – PARTICIPAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO PIB – 2011 a 2014 (Em R\$ Bilhões)**

Componentes	2011	2012	2013	2014
Produto Interno Bruto	4.140,00	4.392,09	5.316,46	5.521,26
Arrecadação Tributária Bruta	1.463,00	1.574,59	1.793,77	1.847,96
<b>Carga Tributária Bruta</b>	<b>35,31%</b>	<b>35,85%</b>	<b>33,74%</b>	<b>33,47%</b>

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br – (Carga Tributária no Brasil 2014) (Consulta em 17/12/2015)

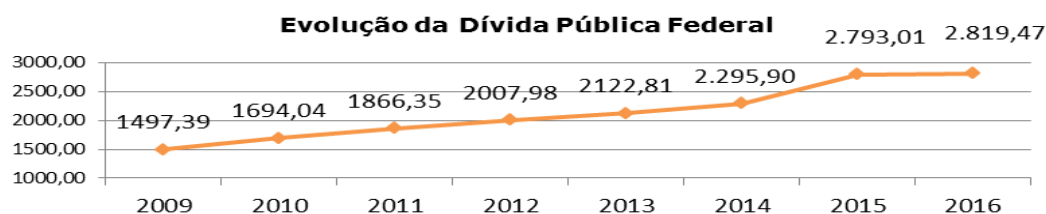
- (1) Contribuições à Previdência Social – CPS: É grande fonte de receita do Governo, raramente usada para financiar programas. Motivo: é considerada como contribuição para posterior devolução. É uma arrecadação do governo, com finalidade de custear aposentadorias dos que pagaram pela Previdência. Constitui, portanto, uma receita previamente comprometida. Em condições normais, a possibilidade de utilização da receita previdenciária para custear despesas diferentes da Previdência é, praticamente, zero. Em condições excepcionais, no entanto, o governo pode recorrer à receita da Previdência para custear despesas urgentes ou casos de calamidade pública, com a posterior reposição, para não prejudicar o cidadão beneficiário da previdência social.
- (2) A arrecadação refere-se à Receita Administrada pela RFB (impostos e contribuições) mais as Demais Receitas (taxas e contribuições controladas por outros órgãos).

### 15. Dívida Pública Federal Interna e Externa - DPFIE

A dívida em fevereiro de 2016 cresceu em relação aos meses anteriores. Para isso contribuiu a elevada taxa de juros SELIC vigente e também as dificuldades econômicas internas que, nas condições atuais, dificultam a contenção da dívida pública federal interna e externa-DPFIE. A tendência no cenário atual é de crescimento da dívida. A gestão dessa dívida mostra maior velocidade de crescimento a partir de 2010. Ou seja, as providências adotadas até 2009, mais rígidas e com maior poder de controle, foram mais eficientes; no entanto, a partir de 2010, os gastos crescentes num ambiente de ampliação de subsídios, incentivos tributários e queda na arrecadação, permitiram a explosão de 21,65% do crescimento da dívida em 2015 (sobre 2014), indicativo de um brutal descontrole quando comparado aos percentuais de crescimento anteriores. Papel importante cabe à identificação seletiva de diferentes componentes dessa dívida, na relação entre objetivos buscados e viabilizados e, por outro lado, os benefícios econômicos e sociais obtidos.

A maior parte da dívida é para pagamento a médio e longo prazo; não é de curto prazo. Além disso, governo e credores podem fazer renegociações quanto ao débito, com mudanças nos juros, prazos ou outras formas. Considerando que a dívida pública remunera com juros SELIC, quando o Banco Central, aumenta a taxa, a dívida cresce refletindo esse acréscimo; por outro lado, se a SELIC cai, verifica-se menor velocidade de expansão da dívida pública. O crescimento da dívida em 2010-2014, superou o período 2007-2009. Mais ainda: o crescimento de 2015 equivale à soma do triênio 2012-2014 cujos valores foram, respectivamente: 7,59%, 5,72% e 8,15%. O Tesouro Nacional recorreu às denominadas "pedaladas fiscais" no 1.º governo Dilma e no ano de 2015.

TABELA 32 – DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL INTERNA E EXTERNA		
Período	Dívida Pública (R\$ Bilhões) <sup>(1)</sup>	Variação (%)
2008	1.397,34	4,77
2009	1.497,39	7,16
2010	1.694,04	13,13
2011	1.866,35	10,17
2012	2.007,98	7,59
2013	2.122,81	5,72
2014	2.295,90	8,15
2015	2.793,01	21,65
Fev	2.329,62	3,64
Mar	2.441,20	4,79
Abr	2.451,47	0,42
Mai	2.496,23	1,83
Jun	2.583,69	3,50
Jul	2.603,96	0,78
Ago	2.686,29	3,16
Set	2.734,63	1,80
Out	2.646,48	-3,22
Nov	2.716,92	2,66
Dez	2.793,01	2,80
2016	--	--
Jan	2.749,88	-1,54
Fev	2.819,47	2,53



Fonte: [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br) (Consulta em 28/03/2016)

Valores correspondentes ao saldo acumulado no ano



## 16. SUPERÁVIT PRIMÁRIO

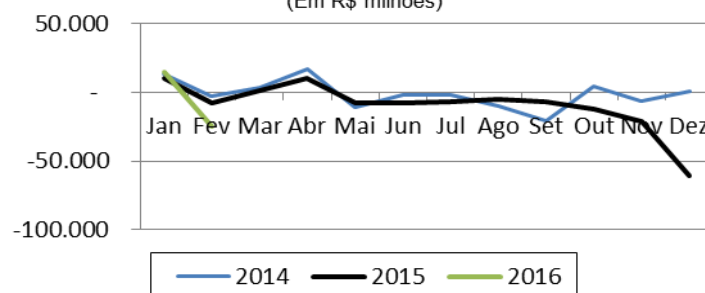
Após um déficit expressivo em fevereiro de 2016, o que se tem no 1.º bimestre do ano é um déficit nas contas do governo bastante superior ao verificado no mesmo período de 2015. A conta do superávit primário em 2015 só ampliou desempenho negativo. Representa ampliação da queda (valores negativos) em comparação com 2014. A crise econômica intensa que se verifica atualmente, e a perspectiva de ampliação, não abre espaço para que saldos positivos sejam verificados em 2016. Em especial, porque a previsão é de queda no PIB que deverá superar a queda verificada em 2015. A existência de superávit primário nas contas públicas no mesmo exercício fiscal corresponde a receitas superiores às despesas, sem considerar gastos com juros. Significa uma poupança do governo destinada, principalmente, a pagar juros da dívida. A evolução do superávit é referência para investidores estrangeiros medirem a capacidade de um país pagar suas dívidas de forma contínua e regular. O aumento do superávit poderá depender, de forma diretamente proporcional, ou do tamanho do corte nos gastos públicos ou de arrecadação cujo aumento seja superior aos gastos. Uma receita maior (mantidas as alíquotas e sem novos tributos) reflete melhora do desempenho da economia.

A queda no superávit primário ou um valor negativo pode indicar: a) menor arrecadação - seja por uma queda no desempenho da economia ou redução nas alíquotas tributárias, ou ainda pela concessão de incentivos fiscais ou subsídios por prazos determinados; b) maiores gastos públicos; c) ou a combinação de ambos. Ainda, a existência do superávit fiscal poderá ser visto como possível carência ou defasagem em áreas importantes de responsabilidade do governo: investimentos e infraestrutura em geral, salários, política social ou outras. Ou seja, o superávit pode ser decorrente da contenção (ou adiamento) de gastos. O governo pode optar por gastar depois ou não ter consciência de que é preciso efetuar despesas que beneficiem a população.

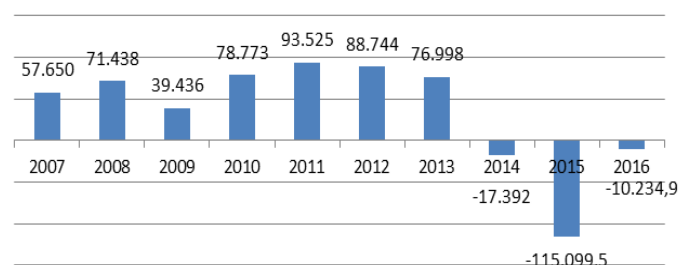
**TABELA 33 – DESEMPENHO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO  
- GOVERNO FEDERAL E BANCO CENTRAL  
(Em R\$ Milhões)**

Período	Resultado do Governo (1)	Variação Percentual (%)
2005	52.673	6,75
2006	48.748	-7,45
2007	57.650	18,26
2008	71.438	23,92
2009	39.436	-44,80
2010	78.773	99,75
2011	93.525	18,73
2012	88.744	-4,91
2013	77.072	27,56
2014	-17.392	-122,59
Dez	1.039	115,49
2015	-115.099	-561,79
Jan	10.405	901,28
Fev	-7.357,8	-170,71
Mar	1.463,7	119,89
Abr	10.119,3	591,34
Mai	-8.050,8	-179,56
Jun	-8.205,7	-1,92
Jul	-7.223,7	11,97
Ago	-5.081,8	29,65
Set	-6.932,0	-36,41
Out	-12.279,0	-77,14
Nov	-21.229,9	-72,90
Dez	-60.727,1	-186,05
2016	-10.234,9	-435,8
Jan	14.835,4	124,43
Fev	-25.070,3	-268,99

**EVOLUÇÃO MENSAL DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO  
(Em R\$ milhões)**



**EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO (2)  
(Em R\$ milhões)**



Fonte: [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br) (Consulta em 30/03/2016)

- (1) Resultado do Governo Central origina-se do Resultado do Governo Federal mais Resultado do Banco Central e Benefícios Previdenciários.  
(2) Valores anuais referentes a soma acumulada no ano.

## 17. O ICMS NO PARANÁ

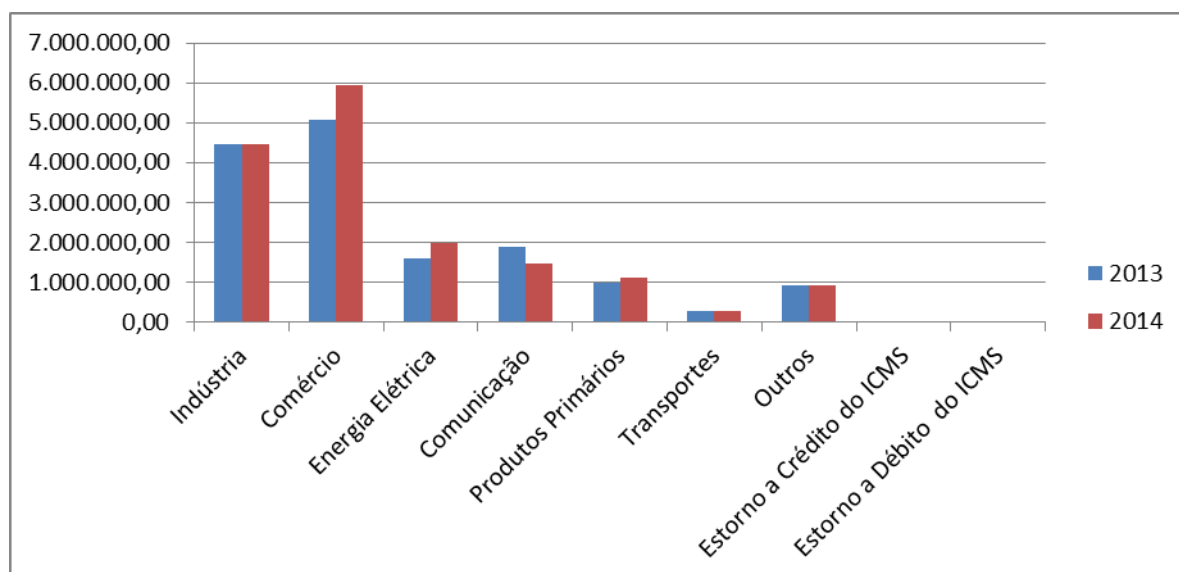
O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços é a principal fonte de arrecadação dos governos estaduais. Existe uma “guerra” fiscal entre os estados da Federação, onde cada um estabelece alíquotas de ICMS diferenciadas em relação aos demais com o objetivo de atrair empresas ou obter outras formas de benefícios. O Conselho Nacional de Política Fazendária-CONFAZ é encarregado de decisões relativas ao ICMS sendo, no entanto, necessário à unanimidade para a aprovação. Isto não ocorrendo, continua a prevalecer as diferenças de alíquotas entre os Estados.

Foi aprovado um projeto de lei pelo Legislativo federal, atribuindo ao governo federal, a partir de 2013, a definição de alíquotas tributárias do ICMS e a regulamentação da cobrança do ICMS. No entanto, a questão permanece ainda no formato de projeto.

TABELA 34 – PARANÁ: ARRECADAÇÃO DE ICMS POR SETOR DE ATIVIDADE (Em R\$ milhares)				
Ordem	Setor de Atividade	2013	2014	Variação Percentual (%)
1	Indústria	4.474.576,68	4.466.977,11	-0,17
2	Comércio	5.081.902,07	5.927.071,81	16,63
3	Energia Elétrica	1.601.736,19	1.982.615,06	23,78
4	Comunicação	1.879.666,78	1.454.626,66	-22,61
5	Produtos Primários	992.582,51	1.100.045,14	10,83
6	Transportes	261.129,59	269.851,98	3,34
7	Outros	906.052,94	906.052,94	0,00
8	Estorno a Crédito do ICMS	0,70	1,95	178,30
9	Estorno a Débito do ICMS	14.998,68	2.264,11	-84,90
---	<b>Total</b>	<b>15.182.648,78</b>	<b>16.104.978,55</b>	<b>6,07</b>

Fonte: www.fazenda.pr.gov.br – (Gestão do Dinheiro Público – Balanço Geral) (Consulta em 30/09/2015)

Em 2015 o valor total da arrecadação de ICMS atingiu **o valor de R\$ 24.587.574.935,48**, conforme divulgado pelo IPARDES.



## IV. RELAÇÕES COM O EXTERIOR

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

### 18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

O saldo comercial de fevereiro melhorou na comparação com janeiro e muito superior a igual período de 2015. A balança comercial em 2015 teve superávit de US\$ 19.673 bilhões. O dólar valorizado de 2015 contribuiu para o saldo positivo, permitindo elevar exportações e conter importações, tendência que se mantém em 2016. A queda na cotação do petróleo no mercado mundial motivado pela combinação de maior produção nos EUA e redução das suas importações mais a produção do gás de xisto, e a maior oferta por alguns países árabes, poderão ajudar a conter o valor negativo da conta petróleo da Petrobrás, o que poderia favorecer o saldo comercial do país. No entanto, os altos custos da exploração do pré-sal, poderão postergar a elevação da produção interna.

Atualmente, as reservas cambiais do Banco Central têm como componentes principais os dólares arrecadados pelo sistema produtivo brasileiro (saldo de exportações menos importações), empréstimos e/ou financiamentos obtidos pelo setor privado, aplicações do exterior em bolsa de valores, e também os dólares obtidos pela venda de títulos do governo (remunerados pela Selic). Por outro lado, a *desindustrialização* ocorrida não foi superada; o perfil industrial não será recuperado a curto prazo, considerando: limitações competitivas atuais, crise econômica vigente e deterioração no contexto político. Cabe recuperar exportações da indústria de transformação, detentora de maior agregação de valor e geradora de mais empregos. Há que considerar os limites decorrentes do reduzido padrão de inovações da indústria exportadora e reduzida comercialização de produtos de alta e média tecnologia, além da conjuntura na qual países do Euro e a Argentina passam por dificuldades que limitam suas importações. Nesse sentido, é preciso ativar o processo de inovação e modernização tecnológica da indústria brasileira. Ao governo cabe adotar políticas que estimulem inovações pelo sistema de produção, a fim de atrair indústrias, modernizar a produção e melhorar a competitividade. Muito importante é que nenhum importador adquira imposto; não há como exportar tributos.

**TABELA 35 – BRASIL: BALANÇA COMERCIAL (Em US\$ Milhões)**

Período	Exportações*	Variação (%)	Importações*	Variação (%)	Balança Comercial*
<b>2007</b>	<b>160.649</b>	16,58	<b>120.617</b>	32,04	<b>40.032</b>
<b>2008</b>	<b>197.942</b>	23,21	<b>172.985</b>	43,42	<b>24.958</b>
<b>2009</b>	<b>152.995</b>	-22,71	<b>127.722</b>	-26,17	<b>25.272</b>
<b>2010</b>	<b>201.915</b>	31,98	<b>181.768</b>	42,32	<b>20.147</b>
<b>2011</b>	<b>256.040</b>	26,81	<b>226.240</b>	24,47	<b>29.799</b>
<b>2012</b>	<b>242.580</b>	-5,26	<b>223.149</b>	-1,37	<b>19.431</b>
<b>2013</b>	<b>242.183</b>	-0,2	<b>239.623</b>	7,4	<b>2.560</b>
<b>2014</b>	<b>225.101</b>	<b>-7,05</b>	<b>229.031</b>	<b>-4,42</b>	<b>-3.930</b>
Nov	15.646	-14,17	17.996	-7,75	-2.350
Dez	17.491	11,79	17.198	-4,43	293
<b>2015</b>	<b>191.132</b>	<b>-15,05</b>	<b>171.459</b>	<b>-25,13</b>	<b>19.673</b>
Jan	13.704	-21,65	16.878	-1,86	-3.174
Fev	12.092	-11,76	14.934	-11,52	-2.842
Mar	16.979	40,42	16.521	10,63	458
Abr	15.156	-10,74	14.665	-11,23	491
Mai	16.769	10,64	14.008	-4,48	2.761
Jun	19.628	17,05	15.101	7,80	4.527
Jul	18.533	-5,58	16.147	6,93	2.386
Ago	15.485	-16,45	12.796	-20,75	2.689
Set	16.148	4,28	13.204	3,19	2.944
Out	16.049	-0,61	14.053	6,43	1.996
Nov	13.806	-13,98	12.609	-10,28	1.197
Dez	16.783	21,56	10.543	-16,39	6.240
<b>2016</b>	<b>24.593</b>	<b>-4,66</b>	<b>20.628</b>	<b>-35,16</b>	<b>3.965</b>
Jan	11.246	-32,99	10.323	-2,09	923
Fev	13.347	18,68	10.305	-0,17	3.042

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatísticas de comércio exterior – Balança comercial mensal) (Consulta em 11/03/2016)

(\*) Dados Atualizados. Valores sujeitos a alteração.

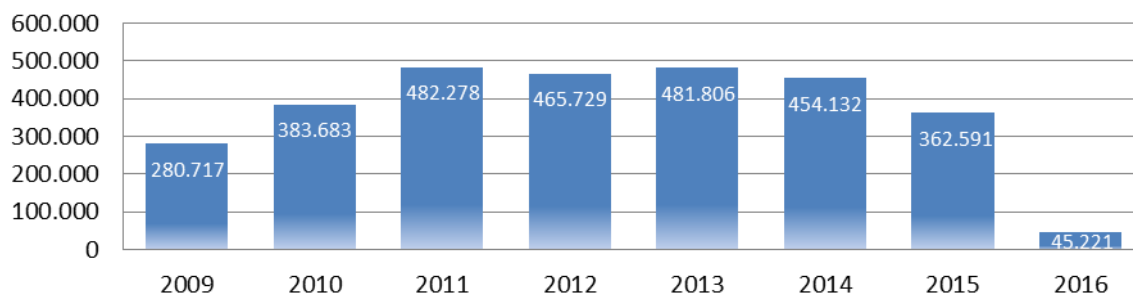
## 18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

TABELA 36 – BRASIL: INTERCÂMBIO COMERCIAL  
(Em US\$ Milhões)

Países	2015 (JAN-DEZ)			2016 (JAN-FEV)		
	Exportações	Importações	Balança Comercial	Exportações	Importações	Balança Comercial
<b>AELC (1)</b>	2.917	3.161	<b>-244</b>	266	365	-99
<b>África (2)</b>	8.202	8.764	<b>-562</b>	1.181	837	344
<b>Aladi (3)</b>	39.094	27.249	<b>11.845</b>	5.188	3.015	2.173
<b>MERCOSUL(*)</b>	20.987	13.065	<b>7.922</b>	2.664	1.511	1.153
Argentina	12.800	10.284	<b>2.516</b>	1.900	1.104	796
Paraguai	2.473	884	<b>1.589</b>	271	167	104
Uruguai	2.727	1.217	<b>1.510</b>	329	139	190
Venezuela	2.987	680	<b>2.307</b>	165	102	62
Chile	3.978	3.423	<b>555</b>	590	385	205
México	3.588	4.378	<b>-790</b>	506	470	36
Outros (4)	6.944	2.687	<b>4.257</b>	899	220	679
<b>Ásia</b>	63.171	55.778	<b>7.393</b>	7.521	6.861	660
China	35.608	30.719	<b>4.889</b>	3.213	4.019	-806
Coreia do Sul	3.122	5.421	<b>-2.298</b>	513	622	-108
Japão	4.845	4.877	<b>-32</b>	867	559	308
Outros	7.514	4.131	<b>3.383</b>	1.085	409	676
<b>Canadá</b>	2.363	2.422	<b>-60</b>	286	308	-23
<b>EUA (5)</b>	24.216	26.760	<b>-2.544</b>	3.164	3.317	-154
<b>Europa Oriental (6)</b>	2.867	2.955	<b>-88</b>	378	271	106
<b>Oriente Médio</b>	9.957	5.313	<b>4.644</b>	1.324	581	742
<b>União Europeia</b>	33.947	36.645	<b>-2.698</b>	4.697	4.768	-71
Alemanha	5.179	10.378	<b>-5.200</b>	597	1.275	-678
França	2.245	4.458	<b>-2.213</b>	286	574	-288
Itália	3.270	4.675	<b>-1.405</b>	502	576	-73
Países Baixos	10.044	2.469	<b>7.575</b>	1.472	276	1.196
Reino Unido	2.907	2.800	<b>108</b>	416	387	29
Outros (7)	7.514	4.131	<b>3.383</b>	1.085	409	676
<b>Outros</b>	4.401	2.415	<b>1.986</b>	591	304	287
<b>Opep (8)</b>	13.953	11.515	<b>2.437</b>	1.635	1.256	379
<b>Total</b>	<b>191.134</b>	<b>171.461</b>	<b>19.673</b>	<b>24.593</b>	<b>20.628</b>	<b>3.965</b>

Fonte: www.bc.gov.br – (Economia e Finanças – Indicadores de Conjuntura – Indicadores Econômicos – Capítulo V – Intercâmbio Comercial Brasileiro)  
(Consulta em 23/03/2016)

As restrições impostas pela Argentina às exportações brasileiras prejudicam a balança comercial nacional, a indústria exportadora brasileira e paranaense. Também o MERCOSUL perde com as medidas adotadas pela Argentina.

Brasil: Corrente de Comércio (\*)  
Em US\$ milhões

(\*) Dados de 2016 referentes ao acumulado no ano.

**CORRENTE DE COMÉRCIO:** obtida a partir da soma: **exportações mais importações**. Quanto maior a corrente de comércio maior o grau de abertura comercial do país. No gráfico, os valores indicam o saldo total anual da corrente de comércio, que não deve ser confundida com balança comercial, que é obtida a partir de **exportações menos importações**.

(\*) Mercosul: Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela; além do Brasil.

(1) Associação Europeia de Livre Comércio inclui Islândia, Noruega e Suíça (inclui Liechtenstein).

(2) Exclui países do Oriente Médio e membros da Opep.

(3) Associação Latino-Americana de Integração.

(4) Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador, Peru e Venezuela.

(5) Inclui Porto Rico.

(6) Albânia, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Geórgia, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Ucrânia e Uzbequistão.

(7) Áustria, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslovênia, Estônia, Finlândia, Grécia, Hungria, Irlanda, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Portugal, República Eslovaca, República Tcheca, Romênia e Suécia.

(8) Angola, Arábia Saudita, Argélia, Catar, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Indonésia, Kuwait, Líbia, Nigéria e Venezuela.

## 18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

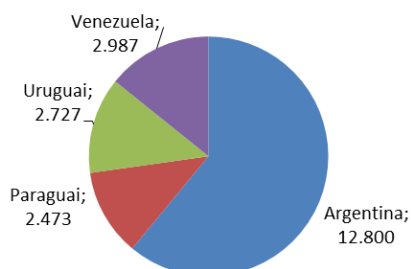
## Relações Comerciais com o MERCOSUL

TABELA 37 – BRASIL: INTERCÂMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)

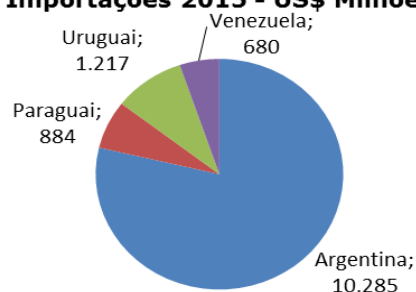
Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
<b>2016 (Jan-Fev)</b>						
Argentina	1.900	7,73	1.104	5,35	796	3.004
Paraguai	271	1,10	167	0,81	104	438
Uruguai	329	1,34	139	0,67	190	467
Venezuela	165	0,67	102	0,50	62	267
MERCOSUL	2.664	10,83	1.511	7,33	1.153	4.176
<b>Total</b>	<b>24.591</b>	<b>100</b>	<b>20.627</b>	<b>100</b>	<b>3.963</b>	<b>45.218</b>
<b>2015</b>						
Argentina	12.800	6,70	10.285	6,00	2.515	23.085
Paraguai	2.473	1,29	884	0,52	1.589	3.358
Uruguai	2.727	1,43	1.217	0,71	1.510	3.943
Venezuela	2.987	1,56	680	0,40	2.307	3.666
MERCOSUL	20.987	10,98	13.065	7,62	7.921	34.052
<b>Total</b>	<b>191.134</b>	<b>100</b>	<b>171.449</b>	<b>100</b>	<b>19.685</b>	<b>362.583</b>
<b>2014</b>						
Argentina	14.282	6,34	14.143	6,18	139	28.425
Paraguai	3.193	1,42	1.120	0,49	2.073	4.313
Uruguai	2.945	1,31	1.918	0,84	1.027	4.863
Venezuela	4.632	2,06	1.174	0,51	3.458	5.806
MERCOSUL	25.052	11,13	18.355	8,01	6.697	43.407
<b>Total</b>	<b>225.101</b>	<b>100</b>	<b>229.031</b>	<b>100</b>	<b>-3.930</b>	<b>454.132</b>
<b>2013</b>						
Argentina	19.615	8,10	16.463	6,87	3.153	36.078
Paraguai	2.997	1,24	1.040	0,43	1.957	4.036
Uruguai	2.071	0,86	1.767	0,74	304	3.838
Venezuela	4.850	2,00	1.181	0,49	3.669	6.031
MERCOSUL	29.533	12,19	20.450	8,53	9.083	49.983
<b>Total</b>	<b>242.183</b>	<b>100,00</b>	<b>239.623</b>	<b>100,00</b>	<b>2.560</b>	<b>481.806</b>
<b>2012</b>						
Argentina	17.998	7,42	16.444	7,37	1.554	34.442
Paraguai	2.618	1,08	988	0,44	1.630	3.605
Uruguai	2.185	0,90	1.819	0,82	366	4.003
Venezuela	5.056	2,08	997	0,45	4.059	6.053
MERCOSUL	27.856	11,48	20.247	9,07	7.609	48.103
<b>Total</b>	<b>242.580</b>	<b>100,00</b>	<b>223.149</b>	<b>100,00</b>	<b>19.431</b>	<b>465.729</b>

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Brasileira Mensal) (Consulta em 22/03/2016)

Exportações 2015 - US\$ Milhões



Importações 2015 - US\$ Milhões



**18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO****TABELA 38 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2016 (JAN-FEV)**

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	365,49	31,87
2	Óleos brutos de petróleo	160,18	13,97
3	Automóveis com motor explosão, de cilindrada 1.000 cm3 < cm3 < 1.500 cm3	133,78	11,67
4	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	57,90	5,05
5	Chassis com motor diesel e cabina, 5 toneladas < carga <= 20 toneladas	44,96	3,92
6	Tratores rodoviários para semi-reboques	43,38	3,78
7	Carnes desossadas de bovino, congeladas	34,73	3,03
8	Chassis com motor para veículos automóveis transporte pessoas >= 10	30,95	2,70
9	Outros pneumáticos novos, dos tipos utilizados em ônibus ou caminhões	30,56	2,66
10	Alumina calcinada	28,88	2,52
11	Adubos minerais ou químicos, que contenham os três elementos	27,50	2,40
12	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	26,20	2,28
13	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm3	26,00	2,27
14	Minérios de ferro e seus concentrados, exceto as piritas de ferro ustuladas	22,98	2,00
15	Outros motores de explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm3	20,66	1,80
16	Polietileno sem carga, densidade < 0.94, em forma primária	20,46	1,78
17	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	19,66	1,71
18	Leite integral em pó, com um teor de matérias gordas > 1,5 %	18,55	1,62
19	Outras preparações para elaboração de bebidas	17,04	1,49
20	Produtos laminados planos de ferro ou aço galvanizados	16,95	1,48
-	<b>Total</b>	<b>1.146,82</b>	<b>100,00</b>

**TABELA 39 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2016 (JAN-FEV)**

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	159,46	19,12
2	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	138,87	16,65
3	Naftas para petroquímica	76,94	9,23
4	Malte não torrado, inteiro ou partido	38,88	4,66
5	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	38,70	4,64
6	Alhos, frescos ou refrigerados, exceto para semeadura	37,07	4,44
7	Automóveis com motor diesel, cm3 > 2500, superior a 6 passageiros	36,13	4,33
8	Outras caixas de marchas	32,35	3,88
9	Ureia, mesmo em solução aquosa, com teor de nitrogênio > 45 %	31,84	3,82
10	Batatas, preparadas ou conservadas, congeladas	27,03	3,24
11	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	26,89	3,22
12	Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	26,55	3,18
13	Desodorantes (desodorizantes) corporais e antiperspirantes, líquidos	24,43	2,93
14	Outros polímeros de etileno, em formas primárias	23,90	2,87
15	Pastas químicas de madeira, semibranqueadas ou branqueadas, de coníferas	21,95	2,63
16	Cevada cervejeira	19,39	2,32
17	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm3	19,13	2,29
18	Óleos brutos de petróleo	18,57	2,23
19	Garrações, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	18,30	2,19
20	Jogos de fios para velas de ignição dos tipos utilizados em veículos	17,67	2,12
-	<b>Total</b>	<b>834,05</b>	<b>100,00</b>

## 18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

## As Relações Comerciais com as Três Américas

**TABELA 40 - Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte (em milhões de U\$S)**

	País	2015		2016
		Exportações (JAN-DEZ)	Participação (%)	Exportações (JAN-FEV)
1	Estados Unidos	24.079,95	12,60	3.149,42
2	Argentina	12.800,02	6,70	1.899,94
3	Chile	3.978,44	2,08	589,54
4	México	3.588,35	1,88	506,02
5	Venezuela	2.986,60	1,56	164,60
6	Uruguai	2.726,87	1,43	328,52
7	Paraguai	2.473,35	1,29	271,03
8	Canadá	2.362,54	1,24	285,54
9	Colômbia	2.115,23	1,11	327,78
10	Peru	1.815,63	0,95	245,43
11	Bolívia	1.482,01	0,78	201,18
12	Santa Lúcia	672,83	0,35	24,58
13	Equador	665,46	0,35	83,70
14	Bahamas	593,54	0,31	89,81
15	República Dominicana	523,16	0,27	108,06
16	Cuba	513,56	0,27	45,17
17	Panamá	304,72	0,16	38,71
18	Costa Rica	267,51	0,14	35,28
19	Trinidad e Tobago	266,63	0,14	20,59
20	Guatemala	224,32	0,12	26,76
	<b>Total</b>	<b>191.134,32</b>	<b>100,00</b>	<b>24.590,71</b>

Fonte: www.aliceweb2.mdic.gov.br/  
(Consulta em 11/03/2016)

**TABELA 41 - Importações Brasileiras de países das três Américas: do Sul, Central e do Norte (em milhões de U\$S)**

	País	2015		2016
		Importações (JAN-DEZ)	Participação (%)	Importações (JAN-FEV)
1	Estados Unidos	26.471,35	15,44	3.271,85
2	Argentina	10.284,59	6,00	1.103,62
3	México	4.377,92	2,55	470,01
4	Chile	3.410,86	1,99	384,18
5	Bolívia	2.506,28	1,46	291,88
6	Canadá	2.421,42	1,41	308,36
7	Peru	1.256,35	0,73	138,83
8	Uruguai	1.216,62	0,71	136,78
9	Colômbia	1.189,28	0,69	143,96
10	Trinidad e Tobago	993,61	0,58	41,51
11	Paraguai	884,24	0,52	166,55
12	Venezuela	679,89	0,40	102,45
13	Porto Rico	290,14	0,17	45,23
14	Equador	117,77	0,07	6,36
15	Costa Rica	52,63	0,03	11,61
16	Cuba	50,70	0,03	0,62
17	Guatemala	28,50	0,02	4,19
18	República Dominicana	24,95	0,01	2,45
19	Honduras	15,72	0,01	1,58
20	El Salvador	7,08	0,00	0,75
	<b>Total</b>	<b>171.449,05</b>	<b>100,00</b>	<b>20.627,35</b>

Fonte: www.aliceweb2.mdic.gov.br/  
(Consulta em 11/03/2016)

**18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO****Principais Produtos Exportados e Importados****TABELA 42 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2016 (JAN-FEV)**

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Milho Em Grão, Exceto Para Semeadura	1.625,80	13,15
2	Óleos brutos de petróleo	1.324,40	10,72
3	Minérios de ferro aglomerado p/ processo de peletização	1.049,31	8,49
4	Pasta química madeira semi branqueada	1.034,27	8,37
5	Outros açúcares de cana	976,40	7,90
6	Soja, mesmo triturada, Exceto Para Semeadura	862,93	6,98
7	Café não torrado, não descafeinado, em grão	760,36	6,15
8	Carnes desossadas de bovino, congeladas	583,88	4,72
9	Bagacos e outros resíduos sólidos, da extr.do óleo de soja	578,51	4,68
10	Pedaços E Miudezas comestíveis Galinhas, Congelados	489,39	3,96
11	Automóveis c/motor explosão, 1500<cm3<=3000, até 6 passageiros	432,26	3,50
12	Alumina calcinada	354,61	2,87
13	Partes de turborreatores ou de turbopropulsores	313,10	2,53
14	Ouro Em Barras, Fios E Perfis De Seção Maciça	306,74	2,48
15	Outros Aviões e Veículos Aéreos ,Peso>15000Kg,Vazios	292,93	2,37
16	Minérios De Ferro Aglomerado para Processo De Peletizacao	292,39	2,37
17	Carnes de galos e galinhas, não cortadas em pedaços, congeladas	287,20	2,32
18	Algodão Simplesmente Debulhado, Não Cardado Nem Penteado	270,23	2,19
19	Outros Tubos Flexíveis De Ferro Ou Aço	268,71	2,17
20	Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose quim.pura, sol	256,63	2,08
--	<b>Total</b>	<b>12.360,03</b>	<b>100,00</b>

**TABELA 43 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS EM 2016 (JAN-FEV)**

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Óleos brutos de petróleo	608,19	12,41
2	Barcos-Faróis, Quindastes, Docas, Diques Flutuantes, Etc.	518,22	10,58
3	Naftas Para Petroquímica	318,33	6,50
4	Partes de turborreatores ou de turbopropulsores	284,60	5,81
5	Gás Natural No Estado Gasoso	284,41	5,81
6	Outras partes para aparelhos de telefonia/telegrafia	278,93	5,69
7	Hulha betuminosa, não aglomerada	265,71	5,42
8	Gás natural, liquefeito	235,40	4,80
9	"Gasóleo" (óleo diesel)	216,72	4,42
10	Outros Cloretos De Potássio	211,62	4,32
11	Outs. Frações Do Sangue Prod.Imunol.Modif.(Medicamentos)	194,14	3,96
12	Outras partes para aviões ou helicópteros	182,66	3,73
13	Outras partes para aparelhos receptores radiodif.televisao,etc.	181,80	3,71
14	Automóveis c/motor explosão, 1500<cm3 <=3000, até 6 passag	179,34	3,66
15	Medicam.C/Comp.Heterocicl.Heteroat.Nitrog.Em Doses	173,64	3,54
16	Ureia Com Teor De Nitrogenio>45% Em Peso	166,67	3,40
17	Outros veículos automóveis c/motor diesel, p/ carga <= 5t	162,79	3,32
18	Outros trigos e misturas com centeio, exceto p/ semeadura	148,29	3,03
19	Outras Caixas De Marchas	146,64	2,99
20	Catodos de cobre refinado, seus elementos, em forma bruta	141,19	2,88
--	<b>Total</b>	<b>4.899,28</b>	<b>100,00</b>

**Conta Petróleo do Brasil****TABELA 44 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - COM E SEM PETRÓLEO E DERIVADOS - (US\$ milhões) (JAN-AGO) FOB**

	2014	2015
<b>Exportação</b>	<b>154.018</b>	<b>128.347</b>
Petróleo e Derivados	17.238	12.050
Demais	136.780	116.297
<b>Importação</b>	<b>153.813</b>	<b>121.050</b>
Petróleo e Derivados	28.116	15.260
Demais	125.697	105.790
<b>Saldo</b>	<b>205</b>	<b>7.297</b>
Petróleo e Derivados	-10.878	-3.210
Demais	11.083	10.507

Fonte: www.mdic.gov.br - (Comércio exterior - Estatística do comércio exterior - Balança comercial Brasileira Mensal) (Consulta em 11/03/2016)



**18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO****18.1. Providências de Estímulo às Exportações ou Defesa da Produção Interna**

Anunciadas ou vigentes desde maio/2010, para estimular o setor exportador e valorizar a produção da indústria nacional. Algumas das decisões não foram implementadas eficientemente e não produziram os efeitos necessários e esperados. As providências são as seguintes:

- 1. Créditos Tributários:** Devolução de 50% dos créditos de PIS/PASEP, COFINS, IPI, acumulados na exportação até 30 dias após o pedido. Atualmente o retorno leva até cinco anos. Terão direito as empresas ;
  - a)** que exportaram pelo menos 30% do faturamento nos últimos dois anos.
  - b)** que sejam exportadoras há no mínimo quatro anos.
  - c)** com tributação pelo lucro real e que utilizem nota fiscal eletrônica.
  - d)** cujo histórico de pedidos de ressarcimento negados não supere em 15% o total solicitado nos últimos dois anos.
- 2. Banco de Fomento:** Criação do EXIM Brasil (no estilo do Eximbank internacional), subsidiário do BNDES especializado em comércio exterior para diminuir burocracia e dar mais rapidez a operações de exportação. Voltado para operações de longo prazo, como bens de capital e serviços de engenharia.
- 3. Micro e Pequenas Empresas:** Poderão exportar até R\$ 2,4 milhões sem a contabilização desse valor no limite de faturamento para enquadramento no Simples, que é também R\$ 2,4 milhões.
- 4. Financiamento:** BNDES poderá destinar R\$ 7 bilhões para linha de exportação de bens de consumo subsidiada pelo Tesouro Nacional.
- 5. Garantias de criação:**
  - a)** FGCE-Fundo Garantidor de Comércio Exterior, que terá transferências de fundo do BNDES.
  - b)** FGIE- Fundo Garantidor de Infraestrutura, que reunirá fundos naval e de energia e as PPP's (Parceria Público-Privada), somando R\$ 5 bilhões.
  - c)** EBS-Empresa Brasileira de Seguros para administrar risco dos fundos garantidores da União e para concessão de seguros com o setor privado.
- 6. Isenção:** Ampliação do "drawback isenção" para o mercado interno, em que os tributos pagos na compra de insumos para produtos exportados poderão ser descontados na reposição de matéria-prima nacional.
- 7. Compras Governamentais:** Produtos nacionais terão preferência nas compras do governo federal. O valor será de até 25% do similar produzido em outro país.
- 8. Autopeças:** Acaba com o desconto de 40% sobre o Imposto de Importação de autopeças para estimular a produção nacional.
- 9. Valorização recente do dólar** (e consequente desvalorização do R\$) poderá favorecer exportações, conter a demanda de importados (que participam com 23% a 25% na demanda final), e elevar a produção interna em segmentos específicos.
- 10. Aumento do IPI para carros importados** (set 2011): **passou a vigorar em 2012;**
- 11. Eleva de 3 para 5 anos a cobrança de 6% do IOF:** nas operações de cambio contratadas após 12/03/2012.
- 12. Proteção a produtos da Zona Franca de Manaus:** aumento de 20% p/ 35 do IPI de importados: motos, micro-ondas e aparelhos de ar condicionado.
- 13. Governo anuncia em 01/10/2012 lista de 100 produtos importados** que terão aumento no imposto de importação.
- 14. Final de janeiro de 2013:** Banco Central injeta dólares no mercado, para forçar baixa do dólar no mercado, como parte de uma política anti-inflacionária.
- 15. Junho/2013:** providencias visaram estimular a permanência de US\$ na economia brasileira.
- 16. Dezembro/2013:** aumento no IOF para uso de cartões de crédito no exterior.
- 17. Março/2015:** dólar-US\$ rompe o limite dos R\$ 3,00.

**19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE**

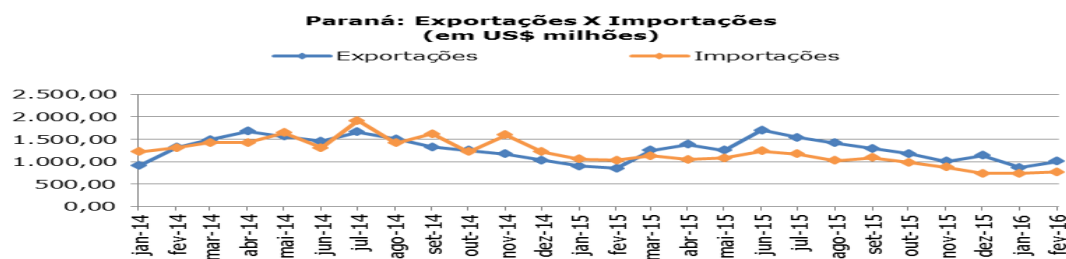
O bimestre janeiro-fevereiro de 2016 marca saldos positivos em cada mês, permitindo superávit no corrente ano na balança comercial, melhores que igual período do ano anterior. A balança comercial em 2015 foi positiva: US\$ 2,46 bilhões. Em 2014, o Paraná teve saldo negativo: -US\$ 962 milhões, o 4.º saldo negativo seqüencial nas contas externas do Estado desde 2011. O dólar valorizado em 2015 permitiu melhorar a balança comercial do Paraná e superar a sequencia de 2008 a 2014, anos com saldos inferiores a 2015. A corrente de comercio do Paraná (exportações mais importações) em 2015 não superou 2014, devido a grande queda das importações.

O quadro interno de crise econômica no País, associado aos desvios políticos, éticos e morais afetam toda a conjuntura econômico-social, que ainda tem que carregar a carga negativa dos escândalos comportamentais com diversas conotações, que só contribuem para dificultar ainda mais o desempenho da economia do Paraná. O ano de 2015, coincidente com o início do governo reeleito em 2014, marca um período de aumento dos preços administrados pelo governo, maior tributação, retração nos investimentos e queda de confiança do consumidor e do empresário em relação à performance da economia.

O cenário econômico anterior da Argentina (governo Cristina Kirchner), com crise na economia, carência de divisas, mais as exigências adicionais formuladas por aquele país, dificultaram as exportações paranaenses, prejudicando bastante a indústria do Paraná, que sempre teve na Argentina um importante mercado. Há uma grande expectativa dos exportadores paranaenses de que com o governo Macri recém-empossado, possa trazer melhorias para 2016.

**TABELA 45 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL E CORRENTE DE COMÉRCIO**  
(Em US\$ Milhões)

Período	Exportações*	Importações*	Saldo Balança Comercial *	Corrente de comércio*
<b>2007</b>	<b>12.352,86</b>	<b>9.017,99</b>	<b>3.334,87</b>	<b>21.370,85</b>
<b>2008</b>	<b>15.247,18</b>	<b>14.570,22</b>	<b>676,96</b>	<b>29.817,40</b>
<b>2009</b>	<b>11.222,83</b>	<b>9.620,84</b>	<b>1.601,98</b>	<b>20.843,67</b>
<b>2010</b>	<b>14.176,01</b>	<b>13.956,96</b>	<b>219,05</b>	<b>28.132,97</b>
<b>2011</b>	<b>17.394,23</b>	<b>18.767,23</b>	<b>-1.373,00</b>	<b>36.161,46</b>
<b>2012</b>	<b>17.709,59</b>	<b>19.387,10</b>	<b>-1.677,52</b>	<b>37.096,69</b>
<b>2013</b>	<b>18.239,20</b>	<b>19.343,80</b>	<b>- 1.104,60</b>	<b>37.583,00</b>
<b>2014</b>	<b>16.332,15</b>	<b>17.294,27</b>	<b>-962,12</b>	<b>33.626,42</b>
<b>2015</b>	<b>14.909,08</b>	<b>12.448,70</b>	<b>2.460,38</b>	<b>27.357,78</b>
Jan	903,90	1.055,90	-152,00	1.959,80
Fev	852,61	1.033,05	-180,44	1.885,67
Mar	1.247,26	1.127,00	120,26	2.374,25
Abr	1.383,23	1.043,19	340,04	2.426,42
Mai	1.252,95	1.077,16	175,79	2.330,10
Jun	1.703,99	1.237,06	466,93	2.941,05
Jul	1.537,44	1.172,80	364,64	2.710,24
Ago	1.415,71	1.020,14	395,57	2.435,86
Set	1.293,85	1.090,35	203,51	2.384,20
Out	1.176,67	979,60	197,07	2.156,28
Nov	1.007,59	876,58	131,01	1.884,16
Dez	1.133,88	735,87	398,01	1.869,75
<b>2016</b>	<b>1.874,23</b>	<b>1.505,11</b>	<b>369,12</b>	<b>3.379,35</b>
Jan	871,43	737,54	133,89	1.608,98
Fev	1.002,98	767,44	235,53	1.770,42



Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial – Estados) (Consulta em 11/03/2016)

(\*) Dados Atualizados. Sujeitos a alteração.

## Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

## 19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

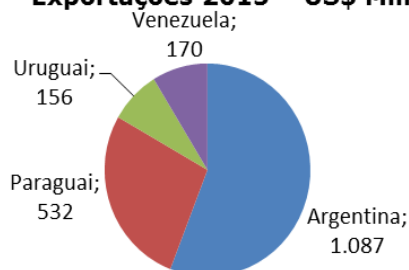
## Relações Comerciais com o MERCOSUL

TABELA 46 – PARANÁ: INTERCAMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)

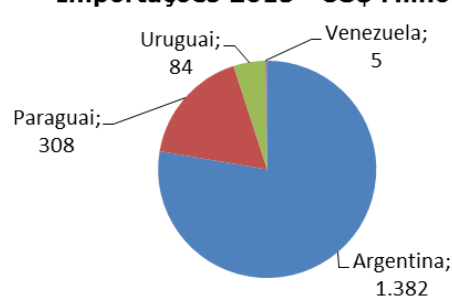
Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
<b>2016 (Jan-Fev)</b>						
Argentina	166	64,42	112	60,90	54	277
Paraguai	64	24,74	44	24,01	20	108
Uruguai	16	6,30	13	7,03	3	29
Venezuela	12	4,53	15	8,06	-3	26
MERCOSUL	257	13,73	183	12,18	74	441
<b>Total</b>	<b>1.874</b>	<b>100,00</b>	<b>1.505</b>	<b>100,00</b>	<b>369</b>	<b>3.379</b>
<b>2015</b>						
Argentina	1.087	55,89	1.382	77,67	-295	2.468
Paraguai	532	27,36	308	17,34	223	840
Uruguai	156	8,02	84	4,74	72	240
Venezuela	170	8,73	5	0,25	165	174
MERCOSUL	1.944	13,04	1.779	14,29	165	3.723
<b>Total</b>	<b>14.909</b>	<b>100,00</b>	<b>12.449</b>	<b>100,00</b>	<b>2.461</b>	<b>27.358</b>
<b>2014</b>						
Argentina	1.204	7,37	1.814	10,49	-560	2.488
Paraguai	613	3,75	545	3,15	51	977
Uruguai	161	0,99	133	0,77	11	239
Venezuela	244	1,49	11	0,06	199	221
MERCOSUL	2.222	13,61	2.503	14,47	-264	3.558
<b>Total</b>	<b>16.332</b>	<b>100,00</b>	<b>17.294</b>	<b>100,00</b>	<b>-962</b>	<b>33.626</b>
<b>2013</b>						
Argentina	2.049	11,23	2.322	12,00	-273	4.371
Paraguai	622	3,41	404	2,09	218	1.027
Uruguai	168	0,92	124	0,64	43	292
Venezuela	161	0,88	116	0,60	44	277
MERCOSUL	3.000	16,45	2.967	15,34	33	5.967
<b>Total</b>	<b>18.239</b>	<b>100,00</b>	<b>19.343</b>	<b>100,00</b>	<b>-1.104</b>	<b>37.582</b>
<b>2012</b>						
Argentina	1.835	10,36	2.308	11,90	-473	4.143
Paraguai	524	2,96	453	2,34	71	978
Uruguai	401	2,26	102	0,53	299	503
Venezuela	156	0,88	20	0,10	137	176
MERCOSUL	2.916	16,47	2.883	14,87	33	5.800
<b>Total</b>	<b>17.709</b>	<b>100,00</b>	<b>19.387</b>	<b>100,00</b>	<b>-1.677</b>	<b>37.096</b>

Fonte: www.mdic.gov.br (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) (Consulta : 11/03/2016)

Exportações 2015 - US\$ Milhões



Importações 2015 - US\$ Milhões



## 19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 47 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2016 (JAN-FEV)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB Milhões	Percentual (%)
1	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	60,77	39,62
2	Adbus minerais ou químicos, que contenham nitrogênio, fósforo e potássio	19,32	12,60
3	Outros motores de explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm3	8,56	5,58
4	Outros papéis e cartões dos tipos utilizados para escrita ou impressão	8,52	5,56
5	Outras carnes de suíno, congeladas	6,98	4,55
6	Tratores rodoviários para semi-reboques	5,29	3,45
7	Carnes de galos e galinhas, não cortadas em pedaços, congelada	5,28	3,44
8	Eixos de transmissão com diferencial para veículos automóveis	4,58	2,98
9	Papel e cartão revestidos, impregnados ou recobertos de plástico	4,02	2,62
10	Outros papéis e cartões de camadas múltiplas, revestidos de caulim	3,85	2,51
11	Betume de petróleo	3,38	2,21
12	Leite integral em pó, com um teor de matérias gordas superior a 1,5 %	3,12	2,04
13	Outros recipientes tubulares, de alumínio, de capacidade <= 300 litros	2,82	1,84
14	Pneumáticos novos, utilizados em automóveis de passageiros	2,68	1,75
15	Dextrina e outros amidos e féculas modificados	2,58	1,68
16	Outros papéis, cartões, pasta de celulose e mantas de fibras de celulose	2,57	1,68
17	Éter metil-ter-butílico (MTBE)	2,38	1,55
18	Outras folhas e tiras, de alumínio, laminado, espessura <= 0.2 mm	2,35	1,53
19	Outras enzimas preparadas	2,20	1,43
20	Chocolate não recheado, em tabletes, barras e paus	2,13	1,39
-	<b>Total</b>	<b>153,36</b>	<b>100,00</b>

TABELA 48 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2016 (JAN-FEV)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB	Percentual (%)
1	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	32,87	22,10
2	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	16,80	11,30
3	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	13,56	9,12
4	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato	12,93	8,69
5	Ureia, com teor de nitrogênio >45 %	8,63	5,80
6	Outros feijões comuns, pretos, secos, em grãos	8,10	5,45
7	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	7,30	4,91
8	Metanol (álcool metílico)	5,87	3,95
9	Outras caixas de marchas	5,79	3,89
10	Farinha de trigo	4,98	3,35
11	Alhos, frescos ou refrigerados, exceto para semeadura	4,85	3,26
12	Azeitonas não congeladas	4,14	2,78
13	Milho em grão, exceto para semeadura	4,08	2,74
14	Garrações, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	3,71	2,50
15	Outras misturas, preparações alimentícias de gorduras, óleos, etc.	3,65	2,46
16	Herbicida à base de alaclor, de ametrina, de atrazina ou de diuron	3,33	2,24
17	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos de fios	2,74	1,84
18	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	2,67	1,79
19	Outras partes de refrigeradores, congeladores, etc.	1,39	0,94
20	Partes para assentos, de outras matérias	1,32	0,89
-	<b>Total</b>	<b>148,71</b>	<b>100,00</b>

Fonte: www.mdic.gov.br (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) (Consulta: 11/03/2016)

## 19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 49 – PARANÁ: PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DE PRODUTOS (1)

Nº	2015 (JAN-DEZ)			2016 (JAN-FEV)		
	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)
1	China	3.221,08	38,86	China	311,68	30,51
2	Argentina	1.086,56	13,11	Argentina	165,77	16,23
3	Estados Unidos	698,07	8,42	Estados Unidos	106,97	10,47
4	Arábia Saudita	577,64	6,97	Japão	77,02	7,54
5	Países Baixos (Holanda)	533,45	6,44	Arábia Saudita	73,78	7,22
6	Paraguai	531,89	6,42	Vietnã	64,84	6,35
7	Alemanha	508,79	6,14	Paraguai	63,66	6,23
8	Índia	481,44	5,81	Alemanha	54,43	5,33
9	Japão	377,15	4,55	Coreia Do Sul	53,35	5,22
10	Chile	273,43	3,30	Índia	50,00	4,90
---	<b>Total</b>	<b>8.289,49</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>1.021,51</b>	<b>100,00</b>

TABELA 50 – PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2016 (JAN-FEV) (1)

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	275,77	21,63
2	Milho em grão, exceto para semeadura	172,11	13,50
3	Pedaços e miudezas de galos e galinhas, congelados	165,63	12,99
4	Bagacos e resíduos sólidos da extração do óleo de soja	100,99	7,92
5	Carnes de galos e galinhas, não cortadas, congeladas	98,01	7,69
6	Automóveis com motor a explosão, 1500 < cm3 <= 3000	68,18	5,35
7	Outros açúcares de cana	60,43	4,74
8	Café solúvel, mesmo descafeinado	49,02	3,84
9	Outras madeiras folheadas	44,59	3,50
10	Outros papeis e cartões para escrita	40,28	3,16
11	Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	38,64	3,03
12	Madeira de coníferas perfiladas	25,94	2,03
13	Carnes de outros animais, salgadas, secas, etc.	22,91	1,80
14	Farinhas e "pellets" da extração do óleo de soja	19,96	1,57
15	Tratores rodoviários	19,64	1,54
16	Adubos e fertilizantes, com nitrogênio, fósforo e potássio	19,32	1,52
17	Outras carnes de suíno congeladas	18,44	1,45
18	Madeira de coníferas serrada/cortada	17,77	1,39
19	Café não torrado, não descafeinado e em grão	17,35	1,36
20	Outros trigos e misturas com centeio, exceto para semeadura	14,35	1,13
-	<b>Total</b>	<b>1.274,99</b>	<b>100,00</b>

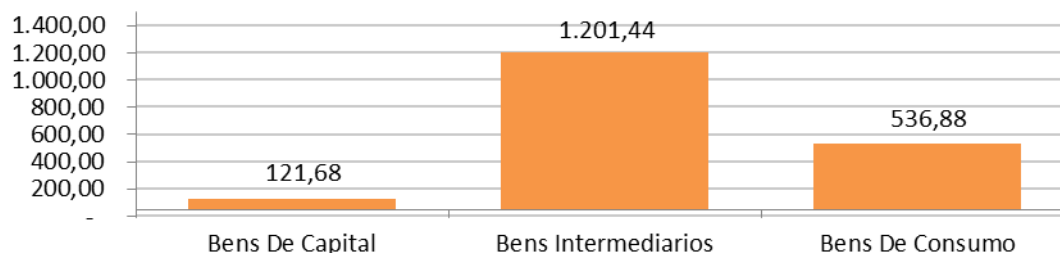
Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança Comercial Brasileira: Unidades da Federação)

(Consulta em 11/03/2016)

## PARANÁ: EXPORTAÇÕES POR TIPOS DE BENS

(Jan - Fev de 2016)(2)

(em US\$ milhões)



Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) (Consulta em 11/03/2016)

(\*) Dados Atualizados. Sujeitos à alteração.

(1) Dados preliminares.

(2) Bens de Capital: bens que geram riqueza: máquinas que fabricam outros bens; ou bens de longa duração: equipamento hospitalar.

Bens Intermediários: bens manufaturados ou matérias-primas processadas utilizadas na produção de outros bens (exemplo: peças para veículos)

Bens de Consumo: para o atendimento das demandas e necessidades imediatas da população: alimentos, remédios, etc.

**19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE****TABELA 52 – PARANÁ: PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS DE DESTINO E ORIGEM DE PRODUTOS**

2016 (JAN-FEV)			2016 (JAN-FEV)		
Principais Blocos Econômicos de Destino	US\$ Milhões	%	Principais Blocos Econômicos de Origem	US\$ Milhões	%
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	747,36	42,31	União Europeia	532,10	37,76
Aladi	424,70	24,05	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	409,84	29,08
União Europeia	258,72	14,65	Aladi	264,17	18,75
Oriente Médio	176,36	9,99	Estados Unidos (Inclusive Porto Rico)	123,78	8,78
Demais Blocos	159,08	9,01	África	79,22	5,62
<b>Total</b>	<b>1.766,22</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>1.409,11</b>	<b>100,00</b>

(\*)Considera apenas blocos econômicos e não países não pertencentes a estes blocos.

**TABELA 53 – PARANÁ: PRINCIPAIS EMPRESAS EXPORTADORAS EM 2016 (JAN-JAN)**

Nº	20 Principais Empresas Exportadoras	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Cooperativa Agropecuaria Mouraoense Ltda	95,07	18,93
2	Cargill Agricola S A	58,11	11,57
3	Brf S.A.	57,96	11,54
4	Renault Do Brasil S.A	40,81	8,13
5	Bunge Alimentos S/A	32,57	6,49
6	Usina De Acucar Santa Terezinha Ltda	29,22	5,82
7	Klabin S.A.	26,66	5,31
8	Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A.	21,85	4,35
9	Seara Alimentos Ltda	16,60	3,31
10	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	15,61	3,11
11	Companhia Cacique De Cafe Soluvel	14,89	2,97
12	Volvo Do Brasil Veiculos Ltda	12,67	2,52
13	Seara-Ind. E Comercio De Produtos Agro-Pecuarios Ltda	12,03	2,40
14	C.Vale - Cooperativa Agroindustrial	10,84	2,16
15	Cooperativa Agroindustrial Lar	10,59	2,11
16	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	9,85	1,96
17	Goncalves & Tortola S/A	9,69	1,93
18	Cervejaria Petropolis S/A	9,46	1,88
19	Chs Do Brasil - Graos E Fertilizantes Ltda.	8,94	1,78
20	Agricola Jandelle Ltda	8,77	1,75
---	<b>Total</b>	<b>502,19</b>	<b>100,00</b>

**TABELA 54 – PARANÁ: PRINCIPAIS EMPRESAS IMPORTADORAS EM 2016 (JAN-JAN)**

Nº	20 Principais Empresas Importadoras	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Klabin S.A.	90,58	23,72
2	Volkswagen Do Brasil Ltda	63,72	16,68
3	Renault Do Brasil S.A	50,60	13,25
4	Volvo Do Brasil Veiculos Ltda	26,68	6,99
5	Brf S.A.	21,76	5,70
6	Electrolux Do Brasil S/A	16,75	4,38
7	Nortox Sa	12,45	3,26
8	Kraft Foods Brasil S.A.	12,35	3,23
9	Yara Brasil Fertilizantes S/A	12,15	3,18
10	Aker Solutions Do Brasil Ltda	9,33	2,44
11	Arauco Do Brasil S.A.	8,29	2,17
12	Fertipar Fertilizantes Do Parana Limitada	8,18	2,14
13	Sul Plata Trading Do Brasil Ltda	7,42	1,94
14	Denso Do Brasil Ltda	6,99	1,83
15	Elevadores Atlas Schindler S/A.	6,82	1,79
16	Dell Computadores Do Brasil Ltda	6,49	1,70
17	Evonik Degussa Brasil Ltda.	5,82	1,52
18	Robert Bosch Limitada	5,68	1,49
19	Makita Do Brasil Ferramentas Eletricas Ltda	5,12	1,34
20	Cooperativa Agraria Agroindustrial	4,73	1,24
---	<b>Total</b>	<b>381,92</b>	<b>100,00</b>

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior) (Consulta em 22/02/2016)

## 19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 55 – PARANÁ: EXPORTAÇÕES – TOTAIS POR FATOR AGREGADO  
(Em US\$ Milhões)

Período	Básicos	Indústria- lizados	Operações Especiais	TOTAL
2007	4.233,78	7.949,75	169,32	12.352,86
2008	5.787,48	9.152,08	307,62	15.247,18
2009	4.985,13	6.024,36	213,33	11.222,83
2010	5.983,15	7.921,86	270,99	14.176,01
2011	7.952,48	9.056,69	385,06	17.394,23
2012	8.356,71	9.022,70	330,17	17.709,59
2013	9.068,37	8.916,49	254,34	18.239,20
2014	8.304,08	7.775,25	252,79	16.332,12
Nov	439,80	708,35	21,08	1.169,23
Dez	363,62	657,32	10,65	1.031,60
2015	7.649,59	7.084,25	175,24	14.909,08
Jan	346,97	545,59	11,34	903,90
Fev	362,69	479,06	10,87	852,61
Mar	679,03	552,95	15,27	1.247,26
Abr	836,33	528,93	17,97	1.383,23
Mai	677,29	560,57	15,09	1.252,95
Jun	945,53	735,05	23,40	1.703,99
Jul	895,13	619,46	22,85	1.537,44
Ago	783,82	619,10	12,80	1.415,71
Set	639,78	638,39	15,68	1.293,85
Out	539,38	626,71	10,59	1.176,67
Nov	444,23	553,27	10,09	1.007,59
Dez	499,41	625,17	9,30	1.133,88
2016	950,62	910,08	13,53	1.874,23
Jan	443,76	419,94	7,72	871,43
Fev	506,98	490,19	5,81	1.002,98

Fonte: www.mdic.gov.br (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação)  
(Consulta: 11/03/2016)

TABELA 56 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL DOS MAIORES EXPORTADORES MUNICIPAIS EM 2016 (JAN-FEV)  
(Em US\$ Milhões)

Nº	15 Principais Municípios	Exportações	Percen tual (%)	Importações	Percen tual (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
1	Paranaguá	520,06	32,02	179,38	15,76	340,68	699,44
2	Maringá	191,09	11,76	27,14	2,38	163,95	218,23
3	São José dos Pinhais	171,73	10,57	301,34	26,47	-129,60	473,07
4	Ponta Grossa	161,97	9,97	45,02	3,96	116,94	206,99
5	Curitiba	153,56	9,45	324,52	28,51	-170,96	478,08
6	Londrina	99,62	6,13	34,42	3,02	65,20	134,04
7	Araucária	72,22	4,45	149,73	13,16	-77,51	221,95
8	Cascavel	44,92	2,77	20,80	1,83	24,12	65,71
9	Marialva	38,76	2,39	1,63	0,14	37,13	40,40
10	Rolândia	37,50	2,31	2,25	0,20	35,25	39,75
11	Palotina	33,60	2,07	0,42	0,04	33,17	34,02
12	Telêmaco Borba	27,68	1,70	7,59	0,67	20,09	35,27
13	Cafelândia	26,60	1,64	2,90	0,25	23,70	29,50
14	Jacarezinho	23,67	1,46	9,09	0,80	14,58	32,76
15	Foz do Iguaçu	21,36	1,32	31,98	2,81	-10,62	53,34
--	<b>TOTAL</b>	<b>1.624,32</b>	<b>100</b>	<b>1.138,21</b>	<b>100</b>	<b>486,12</b>	<b>2.762,53</b>

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial brasileira: Municípios)  
(Consulta em 11/03/2016)

**20. INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO-IED NA ECONOMIA BRASILEIRA**

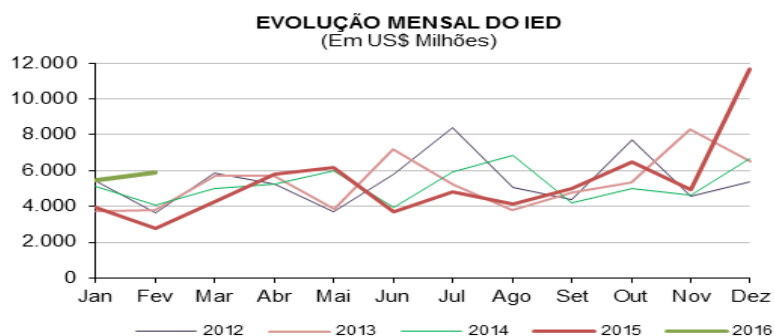
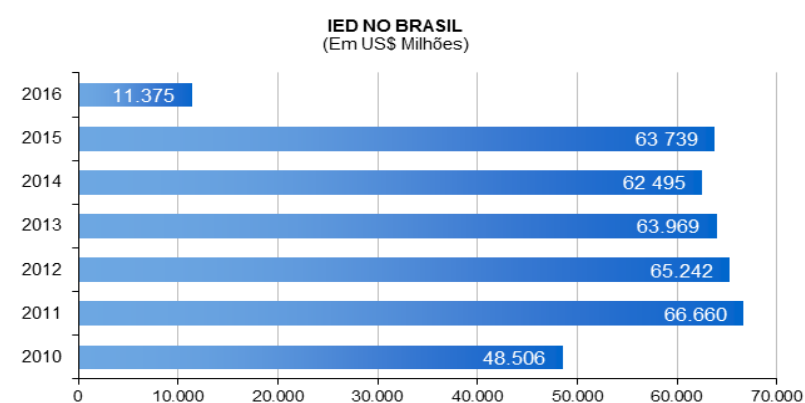
As diversas nuances da atual crise econômica e política no Brasil, permite aos investidores do exterior usufruírem de um país "mais barato". Em 2016, no bimestre janeiro-fevereiro, o IED foi superior a igual período de 2015 em mais de 30%. Analisando numa perspectiva de médio e longo prazo, poderá se revelar um contexto conveniente para aplicações do exterior. O IED de 2015 foi: US\$ 63,739 bilhões. Em 2014 o IED atingiu US\$ 62,5 bilhões, que representou a 3.ª queda sucessiva anual do IED no Brasil a partir de 2011. A entrada de IED no país poderia ser comprometida pela ocorrência simultânea de fatos como: melhora na economia dos EUA, possibilidade de adoção pelo governo brasileiro de medidas restritivas para interferir no rendimento dos investimentos ou limitações a remessas para o exterior, ou ainda, fatores aleatórios imprevistos, inclusive de conotação política. A recente deterioração da credibilidade da economia brasileira no resto do mundo, a queda do "grau de investimento" para "grau especulativo" e a teia de fatos relacionados à Petrobrás, dificultam uma superação.

O IED é um fluxo importante de capital: permite ampliar produção, inovar e modernizar produtos, e melhorar produtividade. Considera somente o capital externo produtivo, capaz de gerar novos bens e serviços. Difere do capital especulativo, aplicado em títulos da dívida pública e bolsa de valores, que tem um imediatismo quanto ao retorno, ou seja, não permanecendo por longo prazo. Com uma crise, sai do país, sem gerar empregos, produtos ou serviços.

As expectativas de crescimento do IED em 2014 foram comprometidas por limitações econômico-políticas no país, mais a melhora na economia dos EUA, saída de aplicações da BOVESPA, mais o comprometimento da credibilidade da economia brasileira. Essa credibilidade teve rápida deterioração, ressaltando-se o PIB de 2014 próximo a 0,5%.

Em 2010-2011, houve grandes investimentos no ramo automotivo via instalação ou ampliação, financiados pelo BNDES e uma teia de incentivos fiscais concedidos pelos estados. Até 2011, o IED cresceu ano a ano, associado à confiança do exterior e o PIB de 7,5% em 2010. Em 2009, a exceção foi a queda associada à crise nos EUA que repercutiu no Brasil.

TABELA 57 – INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL		
Período	Valor em US\$ Milhões*	Varição Percentual (%)
2006	18.822	24,93
2007	34.584	83,74
2008	45.058	30,29
2009	25.948	-42,41
2010	48.506	86,93
2011	66.660	37,43
2012	65.242	-2,13
2013	63.969	-2,00
2014	62.495	-2,30
2015	63.739	1,99
Jan	3.968	-40,33
Fev	2.769	-30,22
Mar	4.263	53,95
Abr	5.777	35,51
Mai	6.197	7,28
Jun	3.714	-40,07
Jul	4.786	28,87
Ago	4.160	-13,09
Set	5.021	20,69
Out	6.500	29,46
Nov	4.930	-24,15
Dez	11.654	136,38
2016*	11.375	68,85
Jan	5.455	-53,20
Fev	5.920	8,54





**21. DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA- DEB**

A DEB começa 2016 abaixo do valor de 2015. A DEB total é o somatório das dívidas do setor público (governos: federal, estaduais e municipais, mais Distrito Federal e empresas públicas) e do setor privado. Em janeiro-fevereiro de 2016 os números apontam maior participação da dívida de médio e longo prazo: 83,54% no total da dívida, superior à participação da dívida de curto prazo, que chegou a 16,46%, que contribui para reduzir a pressão para pagamentos.

Em 2014, houve aumento da dívida em relação à existente no ano anterior: em dezembro/ 2013 era US\$ 312 bilhões que sobe para US\$ 347,6 bilhões dezembro de 2014. A dívida de curto prazo em 2014 correspondia a 15,71% do total; a de médio e longo prazo atingia 84,29 %. A distribuição dessa dívida amplia a elasticidade no pagamento e renegociações.

A forma de gestão e administração do estoque de divisas praticada pelo Banco Central indica condições consistentes para desembolsos futuros para pagamentos da dívida externa.

A existência de dívida, mesmo que grande, não indica necessariamente, inviabilização de uma economia. Pode representar captação de recursos que sejam necessários e importantes para os setores públicos ou empresários do setor privado, desde que utilizados sob uma gestão financeira eficiente podem ser perfeitamente justificáveis.

Período	Curto Prazo		Médio e Longo Prazo		Total
	Valor	(%)	Valor	(%)	
<b>2008</b>	36.444	18,37	161.896	81,63	<b>198.340</b>
<b>2009</b>	30.972	15,62	167.220	84,37	<b>198.192</b>
<b>2010</b>	56.450	22,12	198.734	77,87	<b>256.804</b>
<b>2011</b>	39.040	13,13	258.310	86,87	<b>297.349</b>
<b>2012</b>	37.535	11,85	279.295	88,15	<b>316.831</b>
<b>2013</b>	32.855	10,53	279.166	89,51	<b>312.022</b>
<b>2014</b>	54.614	15,71	293.008	84,29	<b>347.621</b>
<b>2015</b>	56.103	16,61	281.629	83,39	<b>337.732</b>
<b>2016*</b>	54.427	16,46	276.261	83,54	<b>330.687</b>

Fonte: www.bcb.gov.br – (Economia e Finanças – Notas econômico-financeiras para a imprensa – Setor externo – quadro 22) (Consulta em 23/03/2016) (\*) Dados de Fevereiro

**21.1. Distribuição da Dívida: Governo e Setor Privado**

A dívida externa brasileira está distribuída em dívidas do governo e do setor privado. A dívida registrada para 2009-2014, conforme o Banco Central está na Tabela abaixo.

Constata-se uma realidade pouco conhecida do grande público: do total da dívida externa brasileira, verifica-se que o setor privado, no período 2009 - 2013 é, na média, responsável por mais da metade dessa dívida. O período 2011-2013 mostra forte inversão de tendência comparada a 2009-2010. O dado mais recente da dívida, ano de 2014, mostra o setor privado devedor de 60,6%, quase o dobro do setor público. A dívida privada cresceu muito a partir de 2010, sob estímulo dos baixos juros no exterior e valorização do R\$ perante o US\$ até 2011. A dívida pública está distribuída entre governos: federal, estaduais, municipais mais as estatais.

Ano	Setor Público	Setor Privado	Total
<b>2009 (2)</b>	51,8	48,2	100
<b>2010 (3)</b>	45,0	55,0	100
<b>2011 (4)</b>	37,2	62,8	100
<b>2012 (5)</b>	36,3	63,7	100
<b>2013 (6)</b>	38,5	61,5	100
<b>2014 (6)</b>	39,4	60,6	100

Fonte: (1) Boletim Anual – 2009 do Banco Central do Brasil (p.142). (2) Boletim Anual – 2010 do Banco Central do Brasil (p. 135).  
(3) Boletim Anual – 2011 do Banco Central do Brasil (p. 129). (4) Boletim Anual – 2012 do Banco Central do Brasil (p. 129).  
(5) Boletim Anual – 2013 do Banco Central do Brasil (p. 121) (6) Boletim Anual – 2014 do Banco Central do Brasil (p. 119)

## 22. RESERVAS CAMBIAIS

Em dezembro de 2015, o saldo de reservas atingiu US\$ 368,6 bilhões, bastante inferior ao existente no período 2012-2014, superando no triênio o saldo de US\$ 374 bilhões.

As reservas cambiais são muito importantes e estratégicas no atual contexto econômico: – em 2016 atingem 373 bilhões. O “lastro cambial” revela disponibilidade de elevado estoque de divisas no BC, atuando como um colchão amortecedor desde o início da crise mundial de 2008, e permitiu ao Brasil, até 1.º semestre de 2014, maior credibilidade no mercado externo, manter o “*grau de investimento*” obtido em 2008 e 2009 e ampliar entrada de capital externo.

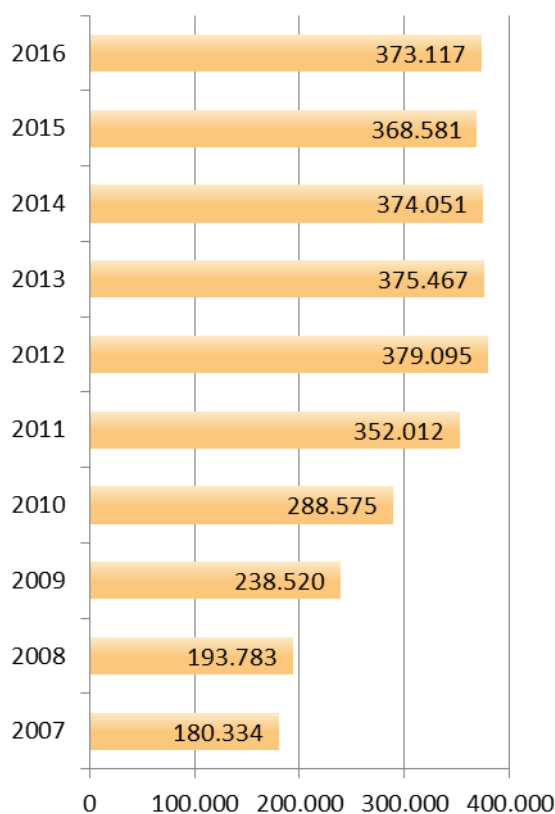
Atualmente, tem-se que o **grau de investimento** da economia concedido pelas três agências internacionais de classificação de risco (\*\*\*) foi baixado para **grau especulativo**. A redução da nota pelas agências de classificação de risco significa que o acesso a crédito no exterior será menor, os juros pagos serão maiores e também pode incentivar a retirada de aplicações do exterior. Nas condições atuais, a nova nota do Brasil no atual cenário global, passa a representar um risco maior considerando que eleva o risco para os investidores.

Uma parcela dos US\$ da reserva cambial é especulativa, por conta dos juros maiores pagos pelos títulos do governo, comparados à remuneração em outros países. É um volume de divisas importante para a economia brasileira, mas que gera um custo associado às aplicações do exterior em títulos do governo, que pagam altas remunerações. É o “capital especulativo” volátil, sem compromisso com produção, investimento interno ou emprego e que, em função de um distúrbio no mercado externo poderá, rapidamente, sair do País. Os dólares do BC, em parte aplicados em títulos do governo americano, tem remuneração inferior à paga pelo governo brasileiro. Uma parcela das reservas advém da compra de US\$ pelo BC em períodos de alta entrada que induziam a valorizar o R\$; a outra parte vem das exportações.

**TABELA 60 – BRASIL: RESERVAS CAMBIAIS**  
(Em US\$ Milhões)

Período	Reservas Cambiais no Banco Central (1)	Variação Sobre o Período Anterior (2)
2005	53.799	1,60
2006	85.839	59,60
2007	180.334	110,10
2008	193.783	7,46
2009	238.520	23,09
2010	288.575	0,82
2011	352.012	21,98
2012	379.095	7,69
2013	375.467	-0,97
2014	374.051	-0,38
2015	368.581	-1,46
Fev	372.496	-0,05
Mar	372.130	-0,10
Abr	372.510	0,10
Mai	372.071	-0,12
Jun	372.168	0,03
Jul	370.752	-3,82
Ago	370.591	-0,44
Set	371.745	3,12
Out	371.488	-0,07
Nov	369.123	-0,64
Dez	368.581	-0,15
2016	--	--
Jan	369.062	0,13
Fev	372.336	0,89
Mar	373.117	0,21

**Evolução das Reservas Cambiais (\*)**  
(US\$ milhões)



Fonte: www.bc.gov.br – (Economia e Finanças – Indicadores de conjuntura – Reservas Internacionais – Dados diários) (Consulta em 29/03/2016)

(\*) Reservas de 2015 referentes ao dia 24/03/2016.

(\*\*) As Agências são: Fitch; Moody's; e Standart & Poor's.